

ARTIGO

3
Dívida externa e moratória: o legado do príncipe dos errômanos, por Reinaldo Gonçalves

ARTIGO

5
Regimes Cambiais Alternativos, por José Cláudio Ferreira da Silva

ARTIGO

8
Exame Nacional do Curso de Economia - Provão, por José Rubens Damas Garlipp

DEBATE

14
Tribunal da Dívida Externa

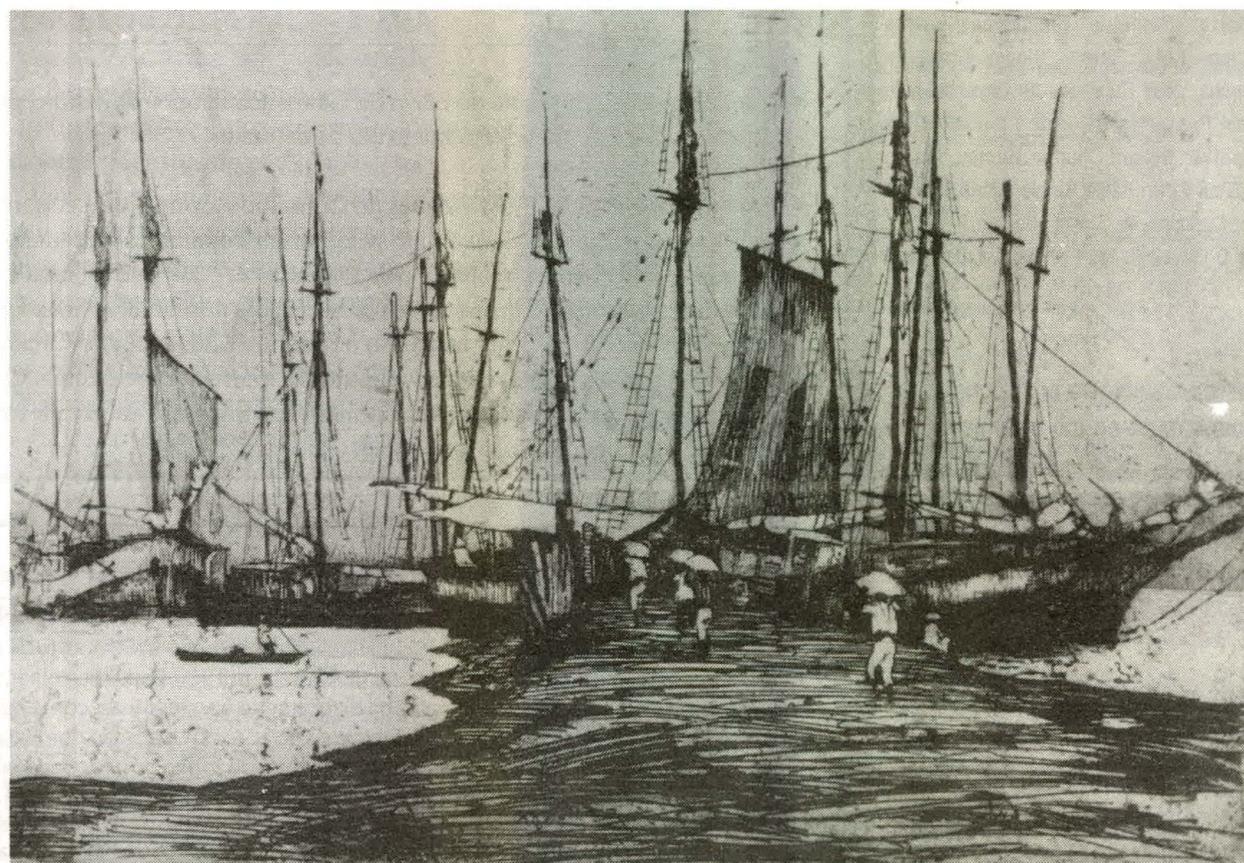
LANÇAMENTO:
"VINTE ANOS DE POLÍTICA ECONÔMICA"

PÁG. 20

América Latina, continente em crise neste fim de século

E mir Sader, presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia, afirma que nenhuma experiência em curso no continente pode falar de um futuro em construção com um mínimo de legitimidade e autenticidade. "Estamos diante de uma tragédia continental", ele diz. No caso brasileiro, pode ocorrer uma crise societária de grandes dimensões.

páginas 10 a 12



BARRA DO CEARÁ, DE RAIMUNDO BRANDÃO CELA, ACERVÓ DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ricardo Bueno (MT 61577/79) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 232-8178 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 - Fax: (021) 240-4366 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

O quadro econômico em que vivemos e atuamos neste final de século se apresenta mais preocupante do que nunca, sobretudo para os países da América Latina e Caribe. Para construir novas perspectivas que comandarão nossos destinos no próximo século, é necessário unir os esforços de todos os que se preocupam com o futuro dos povos. O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, pensando nessa necessidade, estarão realizando de 13 a 17 de setembro deste ano, no Rio de Janeiro, o XIII Congresso Brasileiro de Economistas e o VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe. O tema do encontro, que reunirá cerca de 2 mil participantes, não podia ser outro: "A herança do século XX e a construção do novo século".

Será uma grande oportunidade para fazer um balanço amplo e aprofundado do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe. Os dois encontros estarão concentra-

dos em analisar as conseqüências das políticas de cunho neoliberal, que adquiriram nos últimos anos uma aparente hegemonia intelectual. A avidez de liberalizar, desregular e abrir as economias às forças do mercado se estendeu também ao campo financeiro. Desde o começo da década de 1990, os bancos multilaterais e o FMI pressionam os países latino-americanos a uma rápida liberalização dos fluxos de capital financeiro como elemento determinante dos ajustes e das políticas de estabilidade monetária. A conseqüência desta complexa arquitetura tem sido a erupção de crises permanentes, com constantes "terremotos financeiros" e o agravamento do quadro social, já preocupante.

Diante desse cenário, o Congresso será uma oportunidade para debater um novo desenho para a nossa realidade em mutação. O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergências sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso. A partir da herança construída neste

século que finda, e valorizando a perspectiva histórica, o objetivo é que se esbocem respostas a este desafio e se apontem soluções para os problemas que se delineiam com tanta veemência, tendo em vista o século que entra. Tais soluções devem buscar combinar menor desigualdade social, maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

Essa busca de alternativas de desenvolvimento terá que se basear em definições claras sobre as condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, bem como sobre as bases de integração dos mercados regionais e a necessidade premente de políticas de geração de empregos.

Tendo em vista a riqueza de experiências acumuladas, os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm importante papel nisso tudo, principalmente nesta região do planeta, tão marcada pelas grandes desigualdades sociais e os novos desafios.

JE ERROU

- Na edição 118, o anúncio do curso de Estatística Econômica saiu com a data errada. O referido curso terá início em 17 de maio.
- No Relatório Anual de Atividades do Conselho Regional de Economia - RJ omitiu-se o trabalho desenvolvido pelo Fórum Popular do Orçamento, que, durante o ano de 1998, realizou, pela segunda vez consecutiva, uma consulta junto à população do Rio buscando conhecer suas prioridades para a aplicação dos recursos do município, lançando o caderno "Cidadania no Orçamento", com informações básicas para aqueles que se interessam pelo tema. O Fórum também acompanha e divulga regularmente na imprensa dados relevantes da execução orçamentária do município.

ARTE

Raimundo Brandão Cela, pintor brasileiro (Sobral, CE 1890 - Niterói RJ 1954), fixou principalmente tipos humanos e paisagens marinhas do Ceará. Coursou a antiga Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, tendo sido discípulo de João Zeferino da Costa, Eliseu Visconti e, mais tarde, João Baptista da Costa. Em 1916 apareceu pela primeira vez no Salão Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, conquistando a pequena medalha de prata; no ano seguinte, com *O último diálogo de Sócrates*, obteve o prêmio de viagem ao estrangeiro. Na Europa, onde permaneceu cinco anos, expôs no Salão dos Artistas Franceses de 1922, em Paris. De retorno ao Brasil, fixou-se em Camocim, em sua terra natal, onde passou longo período afastado da pintura. Voltou à atividade na década de 1930, executando, entre outras obras, um painel para o palácio do governo do Ceará, onde também se encontra a tela *Anchieta* ensinando o Brasil a ler. Mudou-se depois para Niterói, onde viveu até a morte. No Salão Paulista de Belas-Artes de 1943, obteve a pequena medalha de ouro com a tela *A arrebatamento*. Dedicou-se também à gravura, especializando-se na água-forte, gênero em que deixou trabalhos como *Viola, Jangadas para o mar e Barra do Ceará*, essa última publicada na capa do *Jornal dos Economistas*, com área impressa 25,5 x 36,5 cm. O *Jornal dos Economistas* reproduz a água-forte de Raimundo Cela graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos. A reprodução é de João Diaz.

NOVO TELEFONE

O Corecon/RJ
está de telefone novo:
(021) **232-8178**

BIBLIOTECA

Atenção!

A Biblioteca Eginardo Pires está funcionando em novo horário:
Segundas, Quartas e Sextas,
das 12h às 18h.
Terças e Quintas, das 11h às 17h.

Dívida externa e moratória: o legado do príncipe dos errômanos

INTRODUÇÃO

As classes dirigentes brasileiras têm uma extraordinária capacidade de repetir erros. Esta "erromania" é própria de elites que contam com a complacência do povo e a impunidade por parte dos seus pares. O excesso de autoconfiança e a arrogância permitem que estas elites persistam nos seus erros e nos erros alheios. Imaginar que mudanças de taxa de câmbio (mesmo uma maxidesvalorização) e redução de gastos (mesmo uma recessão profunda) conseguirão ajustar o balanço de pagamentos do país é mais um exercício de "erromania". O Brasil tem até um "príncipe dos errômanos" como presidente da República!

O problema da dívida externa é, talvez, o melhor exemplo contemporâneo da capacidade das elites brasileiras de cometerem erros graves que comprometem o futuro do país. Desde 1994 o governo tem repetido, como se fosse uma verdade estabelecida, que o problema da dívida está resolvido. É verdade que em 1994 foi feito um acordo de renegociação da dívida externa junto aos bancos de cerca de US\$ 45 bilhões (aproximadamente um-terço da dívida externa total naquele momento). Entretanto, é ainda mais verdadeiro que a dívida externa brasileira continuou se elevando, os indicadores de endividamento externo se deteriorando, e a vulnerabilidade externa do país aumentando cada vez mais a partir de 1995. Desde então, o país sofre crises cambiais, uma após a outra. O único ano que não teve uma crise cambial explícita foi 1996.

Estes fatos indicam, na realidade, que há um risco crescente de sérios problemas nas contas externas decorrentes do processo de endividamento. A atual ilusão oficial, de que o problema da dívida está resolvido, pode se tornar mais um fator detonador de uma forte crise cambial no futuro próximo. Na realidade, o problema da dívida externa não

somente continua pendente, como tem se agravado desde o início do governo FHC. O resultado é que, no futuro próximo, o país será incapaz de cumprir seus compromissos de serviço da dívida externa e, portanto, será forçado, mais uma vez, a fazer uma moratória "desesperada", como um instrumento de último recurso.

A experiência brasileira recente tem sido marcada pela eclosão da crise da dívida externa em 1982, que provocou os graves problemas da "década perdida", bem como pelos efeitos das crises cambiais anuais (1994, 1995, 1997, 1998 e 1999). Esta experiência mostra que a trajetória do Brasil tem sido determinada, em grande medida, por desequilíbrios nas nossas relações econômicas com o resto do mundo.

Durante o governo FHC o fato de maior destaque tem sido, muito provavelmente, o aumento da vulnerabilidade externa do país. Esta vulnerabilidade decorre dos processos de liberalização comercial, financeira e cambial implementados pelo governo. Esta liberalização tem provocado sérios desequilíbrios de fluxo e de estoque na inserção econômica internacional do país. Os desequilíbrios de fluxo envolvem as transações correntes do balanço de pagamentos e se expressam nos déficits da balança comercial de bens e serviços (exclusivo, serviço do capital externo). Os desequilíbrios de estoque referem-se ao aumento dramático do passivo externo da economia brasileira a partir de 1995.

EVIDÊNCIA CONCLUSIVA: O PROBLEMA DA DÍVIDA SE AGRAVOU

O debate atual tem dado pouca ênfase aos desequilíbrios de estoque associados ao aumento do passivo externo. Este passivo aumentou de US\$ 213 bilhões no final de 1994 para US\$ 360 bilhões em abril de 1999. Conforme mostra a Tabela 1, atualmente, cerca de dois-terços deste

passivo corresponde à dívida externa, enquanto o estoque de investimento externo direto representa um pouco menos de um-terço do total. Cabe destacar que, na segunda metade do ano passado, a crise cambial brasileira esteve associada, em uma relação de causa e efeito, com a drástica redução do estoque de investimento de portfólio no país (bolsas, fundos de capital estrangeiro, fundos de renda fixa e fundos de privatização), que, de modo geral, representavam aplicações de curto prazo.

A dívida externa brasileira cresceu aproximadamente 60% em quatro anos (1995-98), o que representa um aumento real da ordem de 50%. Neste mesmo período o PIB real do Brasil cresceu somente 11%, enquanto as exportações nominais cresceram 16%. Estes números mostram, de forma inequívoca, a deterioração da capacidade de pagamento da dívida externa brasileira.

Evidência conclusiva é apresentada na Tabela 2, que mostra os indicadores usados tradicionalmente pelas Nações Unidas, que confirmam o fato de que a economia brasileira tem experimentado uma clara tendência de agravamento do problema da dívida externa. E mais, a situação brasileira está se deteriorando muito rapidamente, inclusive, pelos lamentáveis padrões latino-americanos. Assim, em 1994 a dívida externa brasileira correspondia a 27% da dívida externa total da América Latina, sendo que em 1998 o coeficiente correspondente tinha aumentado para cerca de 33%.

Ademais, a relação entre juros externos e exportações de bens e serviços do Brasil mostra uma clara tendência de aumento, tendo passado de 17,9% em 1994 para 20,5% em 1995, e para 25,7% em 1998. Em 1999 este coeficiente deverá ser ainda mais elevado tendo em vista o aumento dos *spreads*, bem como os compromissos com os organismos internacionais (FMI, BIRD, BIS, etc), que entra-

ram na operação de resgate da crise cambial de 1998 e que continuarão em 1999.

RIGIDEZ DAS CONTAS EXTERNAS: NÃO HÁ TAXA DE CÂMBIO DE AJUSTE

O elevado passivo externo da economia brasileira, com destaque para a dívida externa, implica que parte significativa do desequilíbrio do balanço de pagamentos do Brasil independe dos preços relativos. Isto é, grande parte do déficit das contas externas brasileiras é completamente insensível às variações da taxa de câmbio, inclusive, à maxidesvalorização do Real.

Por exemplo, em 1998, os pagamentos de juros (US\$ 16 bilhões) e dividendos (US\$ 8 bilhões) totalizaram US\$ 24 bilhões. Este pagamento correspondeu a 70% do déficit de transações correntes de US\$ 35 bilhões. Se considerarmos somente o pagamento líquido, este percentual ainda é muito elevado (60%). O fato é que o serviço da dívida externa independe totalmente da taxa de câmbio, e é determinado pela taxa de juros do mercado internacional (mais o *spread*) e pelo estoque da dívida externa. Qualquer que seja a taxa de câmbio, as empresas brasileiras, bem como os governos federal, estadual e municipal, deverão pagar os juros da dívida externa (excluindo-se, naturalmente, a hipótese de moratória).

No caso do pagamento dos lucros às matrizes das empresas estrangeiras operando no Brasil, a taxa de câmbio tende a ser determinante secundário. Isto ocorre na medida em que a remessa baseia-se no estoque de capital investido no país, nos lucros obtidos e nas perspectivas de investimento. Este estoque resulta do investimento acumulado (em dólares) e dos lucros reinvestidos (em reais). É verdade que a queda da renda tende a reduzir a massa de lucros das empresas. Mas, por outro lado, as

ARTIGO

empresas estrangeiras operam, na maioria dos casos, em setores com estruturas de mercado de reduzido nível de concorrência e, portanto, estas empresas têm suficiente poder de mercado para elevar os *mark-ups* durante os ciclos recessivos. Desta forma, as empresas estrangeiras tendem a manter suas massas de lucro.

Na situação brasileira há outro mecanismo de compensação para a queda do lucro operacional, que é o aumento do lucro financeiro. Este mecanismo é relativamente tranqüilo tendo em vista as elevadas taxas de juros vigentes na economia brasileira. Ademais, a queda da renda reduz o volume de investimentos e, portanto, os lucros reinvestidos. Menos reinvestimento de lucros implica em maiores excedentes para remessas ao exterior.

Deve-se mencionar, ainda, que em situações de instabilidade e crise as empresas estrangeiras tendem a aumentar sua propensão à remessa de lucros e dividendos. Na medida em que se amplia e aprofunda a atual trajetória de instabilidade e crise da economia brasileira, é provável que as empresas estrangeiras enviem mais e, não menos, lucros para o exterior, independentemente do nível da taxa de câmbio.

Os dados da Tabela 3 mostram um aumento significativo da relação entre lucros remetidos para o exterior e as exportações de bens e serviços. No Brasil, esta relação foi de 4,7% em 1974 e aumentou para 10,5% em 1998. Mais do que duplicou em quatro anos!

A análise acima indica que parte substantiva do déficit do balanço de pagamentos do Brasil apresenta rigidez estrutural na medida em que independe da taxa de câmbio, bem como do nível de renda nacional. Neste sentido, o fato a destacar é o desequilíbrio de estoque da economia brasileira nas suas relações econômicas internacionais. Em abril de 1999, o Brasil tinha um passivo externo de aproximadamente US\$ 360 bilhões, sendo que US\$ 250 bilhões eram a dívida externa e aproximadamente US\$ 100 bilhões eram o estoque do investimento externo direto.

A deficiência mais grave do atual processo de ajuste externo é, preci-

samente, se concentrar na desvalorização cambial, sem levar em conta o desequilíbrio de estoque, isto é, o elevado passivo externo da economia brasileira, com destaque para a dívida externa. E mais, a situação se agrava quando se mantém inalterada a causa básica da crise cambial brasileira, que é a vulnerabilidade externa provocada pela liberalização cambial, financeira e comercial.

CONCLUSÃO: QUANDO SERÁ A MORATÓRIA EXTERNA?

Tanto no caso da dívida externa, como no do estoque de investimento externo direto, não há mudanças de preços relativos - por meio de maxidesvalorização -, que altere significativamente o crônico desequilíbrio das contas externas do país. Os desequilíbrios de balanço de pagamentos provocados pelo estoque de dívida externa e de capital estrangeiro também não respondem às variações do nível de renda.

No caso do Brasil, o serviço da dívida externa (pagamento de juros) correspondeu a 31% das exportações de bens em 1998. Neste mesmo ano, a remessa de lucros foi equivalente a 15% das exportações de bens. Assim, 46% das exportações de bens serviu para pagar os serviços dos estoques da dívida externa e do capital estrangeiro. Neste sentido, a metade da receita das exportações brasileiras está comprometida com despesas em dólares que são insensíveis a variações da taxa de câmbio e da renda. Esta é uma forte rigidez ao processo de ajuste externo da economia brasileira.

O fato é que o ajuste dos desequilíbrios de fluxo e estoque das contas externas brasileiras exige uma drástica reversão da liberalização comercial, financeira e cambial. Os desequilíbrios e a vulnerabilidade externa do país são tão graves e de tal natureza, que ajustes via "preço" e via "renda" não resolvem. É necessário um forte ajuste via "quantidade", com restrições significativas aos fluxos internacionais de bens, serviços e capital. É necessário impor estas restrições antes da moratória externa e, não depois de se chegar a um "ponto de não-retorno", com reservas internacionais nulas, paga-

mentos em atraso, medidas desesperadas e concessões absurdas.

O Brasil, país "abençoado por Deus e bonito por natureza", e talvez como um mecanismo de compensação, tem sido muito bem aquinhado na sua cota de "errômanos". Temos até mesmo um autodenominado "príncipe dos sociólogos", que acabou presidente da República, perdeu a oportunidade de ser um estadista e se transformou no "príncipe dos errômanos". Maxidesvalorização *cum* recessão é a repetição de mais um erro, cometido por Delfim Netto *et cetera* em 1980-83. O resultado não foi outro: moratória externa, instabilidade e crise.

Na história do Brasil a moratória externa deverá ficar registrada como um dos legados de FHC, o "príncipe dos errômanos". Esta moratória deverá gerar mais uma década perdida, e estará associada a uma crise cambial de "alto impacto". Crise cambial de alto impacto é, precisamente, aquela que gera uma profunda crise econômica que, por seu turno, provoca um grave esgarçamento do tecido social e, finalmente, se transforma em uma dramática crise política e institucional.

Reinaldo Gonçalves é professor Titular de Economia Internacional da UFRJ e Vice-presidente do CORECON-RJ.

TABELA 1
PASSIVO EXTERNO DA ECONOMIA BRASILEIRA, 1994-98
(em US\$ bilhões)

Item / Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999 Abril**
Passivo externo total	213.4	227.9	275.5	327.1	355.1	360.0
Dívida externa total	148.5	159.2	179.9	200.0	235.1	250.0
Investimento externo direto	39.9	44.5	54.4	71.5	90.0	98.0
Investimento de portfólio	25.2	24.2	41.2	55.6	30.0	12.0
Reservas internacionais	38.8	51.8	60.1	52.2	44.6	35.0
Passivo externo líquido (PEL)	174.6	176.1	215.4	274.9	310.5	325.0
Exportações de bens / PEL (%)	24.9	26.4	22.1	19.3	16.5	16.0
Exportações de bens / Dívida externa (%)	29.3	29.2	26.5	26.5	21.7	20.0

Fonte: Banco Central do Brasil. Notas: (*) Dados preliminares. (**) Estimativas.

TABELA 2
DÍVIDA EXTERNA: BRASIL E AMÉRICA LATINA, 1994-98

Ano	1994	1995	1996	1997	1998
Estoque da dívida externa total (valores em US\$ bilhões)					
América Latina	557	606	627	650	698
Brasil	149	159	180	200	235
Relação entre juros totais e exportações de bens e serviços (em percentagem)					
América Latina	16.6	16.6	15.2	14.5	15.5
Brasil	17.9	20.5	23.4	23.9	25.7

Fonte: CEPAL, *Balance Preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*; Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998, p. 105 e 107.

TABELA 3
REMESSA DE LUCROS PARA O EXTERIOR, 1994-98
(relação entre a remessa de lucros para o exterior e as exportações de bens e serviços, em percentagem)

Ano	1994	1995	1996	1997	1998
América Latina	5.8	5.5	5.7	6.6	7.5
Brasil	4.7	7.5	7.0	11.1	10.5

Fonte: CEPAL, *Balance Preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*; Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998, p. 106.

ARTIGO

por José Cláudio Ferreira da Silva

Regimes Cambiais Alternativos

A crise econômica que o país atravessa obrigou o governo a adotar o regime de taxa de câmbio flutuante, mudando radicalmente a estratégia que prevaleceu nos últimos quatro anos. Sobre a escolha do regime cambial mais adequado cabem alguns comentários.

Rigorosamente, existem dois regimes cambiais: o de taxa fixa e o de taxa flutuante. Qualquer outro regime – minidesvalorizações, bandas de flutuação, flutuação suja, etc. – é sempre uma combinação, mais ou menos próxima, de algum desses regimes polares.

Cada um desses dois regimes tem vantagens e desvantagens, não se podendo determinar, *a priori*, qual o mais adequado. Tudo depende das características do período que atravessam as economias nacional e mundial e dos objetivos da política econômica e suas relações com o mercado de divisas.

Nesse mercado, ofertam moeda estrangeira, entre outros, os exportadores de bens e serviços, os turistas que nos visitam, os tomadores de empréstimos e financiamentos externos e os investidores e aplicadores internacionais atraídos pelas expectativas de lucros ou de juros que o país oferece. No outro lado do mercado, demandam divisas, principalmente, os importadores de bens e serviços, os que têm compromissos financeiros no exterior, os brasileiros em viagem internacional de negócios ou turismo e os investidores e aplicadores internacionais insatisfeitos com as expectativas de lucros ou de juros que o país oferece.

Se o regime é de taxa de câmbio fixada pelo Banco Central, ele se compromete a comprar ou vender, à taxa que estabeleceu, o montante de moeda estrangeira que o mercado deseja. Isso exige que o Banco Central possua um montante de reservas internacionais suficientemente elevado para não permitir dúvidas sobre sua capacidade de assegurar a manutenção da taxa que fixou. Satisfeita essa premissa, todas as transações ocorrem à taxa pré-estabelecida, já

que a ninguém é vantajoso vender a uma taxa menor ou comprar a uma taxa maior que a determinada pelo Banco Central.

É claro que o Banco Central pode, sem aviso prévio, alterar a taxa de câmbio, mas, desde que esporádico, esse regime concede um elevado grau de segurança aos agentes econômicos que operam no mercado de divisas.

Além disso, na medida em que não sujeita os preços dos produtos finais importados e das matérias-primas estrangeiras utilizadas na indústria e na agricultura às flutuações causadas pelas variações da taxa de câmbio, o regime de taxa fixa de câmbio permite maior controle do processo inflacionário.

Mas, como o Banco Central vende e compra a quantidade de divisas que o mercado deseja, fica muito reduzida sua capacidade de fazer política monetária. Certamente uma emissão de reais causada pelo aumento de reservas, por exemplo, pode ser compensada pela venda de um lote de títulos em igual valor, anulando a emissão monetária inicial. Porém, isso eleva a dívida pública e o montante de juros que o governo paga, pressionando o déficit fiscal.

Outras são as características do regime oposto, o de taxa flutuante de câmbio. Com a taxa flutuando livremente sem interferência do Banco Central, é o mercado de divisas que determina, a cada momento, o valor da taxa de câmbio. Isso torna os preços dos bens e serviços importados e das matérias-primas estrangeiras, necessários ao funcionamento da economia, sujeitos às flutuações causadas pelas variações da taxa de câmbio, fator de instabilidade com óbvias conseqüências sobre o processo inflacionário.

Mas, com taxas flexíveis de câmbio, o Banco Central não se obriga a comprar ou vender divisas, emitindo ou retirando reais de circulação. Ou seja, nesse regime, a política monetária é um importante instrumento de controle do nível de atividade econômica.

Na comparação dos dois regimes cambiais não se pode deixar de considerar, para o caso do Brasil, o fato de que houve nos últimos anos uma fase de crescente desequilíbrio fiscal, em pleno processo de estabilização monetária.

Com relação ao déficit público, no regime de taxa fixa de câmbio o gasto público excessivo causa expansão econômica, que gera déficit externo pelo aumento das importações, obrigando o Banco Central a vender divisas, causando contração monetária e aumento da taxa de juros, freando a expansão econômica inicial.

Embora esse fato seja muitas vezes apontado como uma vantagem do regime de taxa fixa, é preciso observar que nada impede que no regime de taxa flutuante o Banco Central execute uma política monetária contracionista com as mesmas conseqüências.

Mas, com relação ao controle da inflação – certamente o objetivo principal da política econômica no governo FHC –, o regime de taxa fixa de câmbio é preferível, ao não vincular os preços dos bens e serviços importados às flutuações cambiais, como se analisou acima.

Analisada sob tal óptica, a política cambial adotada pelo governo brasileiro desde a implantação do Plano Real permite uma avaliação bastante curiosa.

Simultaneamente ao início da circulação do Real como nova moeda nacional, em julho de 1994, o governo informou à sociedade que a nossa economia já estava forte e amadurecida o suficiente para conviver com o regime de taxa flutuante de câmbio, uma novidade para a atual geração de brasileiros. Nesse regime, como se sabe, são os fluxos de ingresso e saída de moedas estrangeiras – logo o “mercado de divisas” –, que determinam o valor da taxa de câmbio, em princípio sem a intervenção, pelo menos permanente, do Banco Central em qualquer dos lados do mercado.

Relembrando: naquele momento era sabido que se passava por uma fase

de política fiscal particularmente expansionista, pressionada pelos gastos dos governos federal e estaduais, em pleno período eleitoral. Com taxa de câmbio flutuante, os resultados do descontrole fiscal seriam o aumento do emprego e da renda, com elevação do consumo e das importações e, conseqüentemente, pressão sobre os preços, um absurdo quando se está iniciando um plano de estabilização econômica.

Com efeito, o aumento do emprego e da renda – o PIB brasileiro cresceu quase 6% em 1994 – era tudo o que o governo queria para eleger FHC, mas as conseqüências sobre as contas externas, devido ao aumento das importações, e sobre os preços, devido ao aumento exagerado do consumo, tinham de ser evitados.

A solução encontrada foi engenhosa, mas claramente insustentável a longo prazo. Para não permitir a ocorrência de taxas mensais de inflação capazes de gerar suspeitas sobre a efetiva extinção do processo inflacionário, o Banco Central anunciou que, satisfeito com as reservas internacionais acumuladas, encerrava o período de compra de divisas, deixando totalmente livre o mercado cambial. Como o Banco Central vinha comprando mensalmente algo próximo a US\$ 400 milhões nos doze meses anteriores ao Plano Real, sua saída do mercado resultou em uma queda da demanda por divisas, suficiente para reduzir a taxa de câmbio em cerca de 15%, causando brutal estímulo às importações – também beneficiadas por redução generalizada de tarifas – e impedindo a elevação dos preços domésticos.

Além disso, a queda da taxa de câmbio também estimulou as viagens internacionais dos brasileiros e desestimulou as exportações e o turismo externo no Brasil, agravando a situação potencial das contas externas.

Para compensar as perdas nas contas do comércio e do turismo, o Banco Central manteve a taxa de juros em patamares elevados, atraindo os capitais estrangeiros, já interessados em ingressar no país que, após quinze

anos de instabilidade econômica, conseguiu finalmente apresentar um plano capaz de eliminar a inflação.

É claro que essa é uma estratégia provisória, já que não se pode imaginar a ocorrência permanente de grandes - e crescentes - déficits na conta corrente de um país com o resto do mundo, sempre compensados por ingressos de capitais atraídos por ganhos financeiros. Em algum momento surgem suspeitas de que o país não terá condições de saldar seus compromissos no futuro. Ninguém pode endividar-se permanentemente.

A crise do México, no final de

1994, deixou isso muito claro e obrigou o governo a mudar o regime cambial, passando a adotar o de taxa "quase fixa" - bandas muito próximas - que vigorou até recentemente, mantendo a taxa de juros em patamares ainda mais elevados.

Os resultados desses quatro anos de regime de taxa "quase fixa" de câmbio foram a manutenção do Real valorizado, como instrumento de política antiinflacionária e um crescente déficit em conta corrente, financiado por ingressos de capitais de natureza volátil.

Em janeiro último, com a mudança radical das expectativas dos inves-

tidores e aplicadores internacionais sobre as possibilidades de obtenção de lucros e juros reais no país - descontadas a inflação e a desvalorização cambial esperadas no período relevante -, o fluxo de capitais, de fortemente positivo, passou a fortemente negativo, ameaçando consumir, em poucos meses, as reservas internacionais do Banco Central. Fracassada a tentativa de ajuste gradual, não sobrou alternativa que não fosse a flutuação da taxa de câmbio.

No futuro próximo, após estabelecida alguma taxa de razoável equilíbrio, o mais provável é que o gover-

no preserve o regime de taxa flutuante, mas com intervenção constante do Banco Central na compra ou venda de divisas, para assegurar um alto nível de estabilidade à taxa de câmbio. Isso é um imperativo no enfrentamento da inflação, que retorna de forma nada sorradeira e que será tão mais virulenta quanto maior for a taxa de câmbio que o mercado vier a estabelecer no futuro próximo.

José Cláudio Ferreira da Silva, doutor em Economia, é professor de Macroeconomia da UFRJ e da UCAM e autor do livro, *Modelos de análise macroeconômica*, Campus, 1999 (e-mail: jcfdasilva@openlink.com.br).

ECONOMISTAS NA ARGENTINA

III Encontro Internacional de Economia

Córdoba, 10 a 14 de agosto de 1999

Fundar as bases analíticas de uma economia antropocêntrica é o tema central do encontro que será realizado em Córdoba, Argentina, sob a coordenação do professor Dr. Luis Eugenio Di Marco, diretor-fundador do Centro de Investigações Econômicas de Córdoba. O encontro, que conta com o apoio de várias instituições, públicas e privadas, entre elas a Universidade de Córdoba, também prevê cinco mesas de discussão: *O papel do município num mundo em transformação; Política econômica e social; Globalização, pobreza e destino da América Latina, As perspectivas de uma economia solidária fundada no equilíbrio ecológico, Córdoba-Santa Fe-Entre Ríos, o "x" do Mercosul.*

Já estão confirmados os seguintes convidados: J.H.G. Olivera, G. de Bernis (Universidade de Grenoble), Jean Ivez Calvez, Aldo Ferrer (Universidade de Buenos Aires), Stephen C. Smith (George Washington University), Jagdish Bhagwati (Columbia University), Camilo Dagum (Ottawa), entre outros, e os Prêmios Nobel J. M. Buchanan, Amartya Sen e Gary S. Becker e vários líderes internacionais.

Mais informações: Tel.: 54 351 4559400 ou 54 351 155 116 407 (falar com Patricia A. Mir) E-mail: luchodim@eco.uncor.edu.

JORNAL

Contrato de Promoção e Participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil* S.A., em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (021) 224 0578 - das 14 às 19 horas, com Viviane.

LANÇAMENTO

DESEMPREGO: Desafios e perspectivas na virada do século

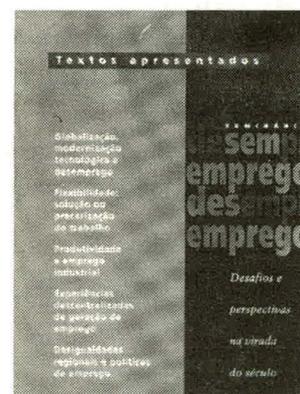
O desemprego tornou-se um dos principais desafios no final do século XX. Na busca pela estabilização macroeconômica dos mais diversos países, as políticas priorizando a obtenção do pleno-emprego foram deixadas em segundo plano e o preço tem sido o crescimento do desemprego.

Para agravar a situação, o processo de globalização aumentou a competição entre as empresas, levando-as à introdução de novas técnicas de gestão da produção, com enorme crescimento da produtividade do trabalho.

Qual a relação entre globalização e desemprego? Pode a flexibilização do mercado de trabalho ser a solução para enfrentar o desemprego? As experiências descentralizadas de geração de emprego podem representar uma alternativa?

Para discutir estas e outras questões relativas ao desemprego na passagem para o novo milênio, foi organizado o seminário *Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século*, que contou com especialistas nacionais e estrangeiros para uma troca de experiências e aprofundamento desse tema de grande relevância e atualidade. O Seminário realizou-se nos dias 8 e 9 de setembro de 1998. Por causa da procura pelos *papers* apresentados, as entidades representativas dos economistas do Rio de Janeiro - Corecon/RJ, Ierj e Sindecon - publicaram os textos discutidos no ciclo de palestras. Assinam os artigos: Adhemar Mineiro, Antônio Carlos Spis, Carmem Aperecida Feijó, Claudio Salm, João Sabóia, Márcio Pochmann, Luiz Antônio Elias, Osvaldo Rosales, Paulo Gonzaga M. de Carvalho, Paul Singer, Sérgio E.A. Mendonça e Teresa Rendón.

Os interessados podem adquirir pelo telefone (021) 232-8178, Secretaria de Relações Institucionais do Corecon/RJ.



FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS - O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de abril.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Fórum publica carta aberta ao jornalista Luís Nassif. Fique por dentro dos dados da execução orçamentária do município. Saiba tudo, também, sobre o Teatro Fórum, resultado de nossa parceria com o Centro de Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro!

CARTA ABERTA AO JORNALISTA LUÍS NASSIF

Nós, do Fórum Popular do Orçamento, organização apartidária que reúne diversos setores da sociedade civil carioca com o objetivo de democratizar o orçamento público, vimos com satisfação a discussão desse tema em sua coluna, em 6 de abril, sob o título "Uma revolução no Orçamento". O tema também foi abordado em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 23 de março, em que era noticiada a profunda transformação no orçamento da União, tanto em sua elaboração e conteúdo, como em seu relacionamento com o Plano Plurianual.

De acordo com as matérias, será introduzido o conceito de "programa", com objetivo e metas definidas, além de indicadores setoriais que permitirão não só o acompanhamento por parte de futuros gerentes, a serem treinados, mas também do presidente da República, parlamentares e sociedade. A partir da implementação desse novo modelo, baseado no modelo de gerenciamento do programa Brasil em Ação, seria possibilitada a articulação de parcerias com outras esferas governamentais ou privadas. Em seu artigo, o Sr. conclui: "O novo sistema terá impactos relevantes no sistema financeiro do governo, planejamento, orçamento, procedimentos de controle e auditoria, com controle dos meios e fins." Reforçando o que o Sr. sempre defendeu: a mudança do País se dará nas formas criativas e modernas de gestão pública, e não nos cortes ou superávits fiscais.

A Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que "estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal", contém dispositivos semelhantes às intenções acima enunciadas. Senão, vejamos: no artigo 22, inciso IV, encontramos "especificação dos programas especiais de trabalho, custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificativa econômica, financeira, social e administrativa." Os ilustres professores José Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, em obra de grande relevância, *A Lei 4320 comentada*, destacam: "Para a aplicação da técnica do orçamento-programa não se exigirá outra lei. Basta uma interpretação mais consciente da Lei 4320. As bases do orçamento-programa estão nela plantadas aqui e ali, sendo este um dos dispositivos-chave." Outro exemplo de dispositivo compatível é o parágrafo único do artigo 25: "Consideram-se metas os resultados que se pretendem obter com a realização de cada programa." De novo recorremos ao comentário dos professores citados: "O parágrafo único define o que é meta, isto é, o objetivo quantificado que a Administração tem em vista atingir. Mais uma vez, a Lei 4320 se põe na vanguarda e passa a exigir um orçamento que possa ser o elo de ligação entre os sistemas de planejamento e finanças, ou seja, elaborado ao mesmo tempo em termos de unidades físicas e monetárias. Nada obsta que semelhante regra seja adotada no orçamento-programa anual." Conforme podemos constatar, o conteúdo e a destinação preconizadas por este "novo" modelo, em fase de implementação, já tinha sido previsto por uma lei de 1964.

Até aqui, a nossa preocupação resumiu-se ao fato de o governo federal tentar apresentar conceitos das décadas de 1950 e 1960 como sendo inovações suas. Fica evidente que, embora a legislação do orçamento não seja perfeita, ela possui mecanismos avançados, no entanto preteridos e mal administrados por este governo e seus antecessores.

Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou o Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal - Declaração de Princípios. O código "baseia-se nos seguintes objetivos primordiais: definição clara das responsabilidades e funções do governo; divulgação de informações ao público sobre as atividades do governo; abertura na preparação e execução do orçamento, bem como na prestação das contas orçamentárias; e avaliação independente da integridade das informações." Essas medidas têm o intuito explícito de "facilitar a vigilância das políticas econômicas pelas autoridades nacionais, mercados financeiros e instituições internacionais."

Alguns itens do código são:

I - Definição Clara de Funções e Responsabilidades

1.1.4 - Mecanismos claros devem ser estabelecidos para a coordenação e gestão das atividades orçamentárias e extra-orçamentárias, e devem ser bem definidos os dispositivos de relacionamento com outras entidades públicas

III - Abertura na Preparação, Execução e Prestação de Contas do Orçamento.

3.1.3 - O orçamento anual deve ser apresentado no contexto de uma estrutura macroeconômica quantitativa, global e coerente, incluindo as hipóteses econômicas e os principais parâmetros em que se baseiam as estimativas orçamentárias.

3.2.2 - Os objetivos dos principais programas orçamentários (por exemplo, indicadores sociais pertinentes) devem ser explicitados.

A coincidência de tempo e de conteúdo da "nova" apresentação do orçamento da União e o documento do FMI levam-nos a lamentar que os avanços na gestão pública não sejam motivados por buscas de melhoras na qualidade do serviço público, e sim para atender aos "auditores internacionais".

Luiz Mário Behnken - Conselheiro

TEATRO DO ORÇAMENTO

Uma peça teatral que discuta o orçamento público do Rio, numa linguagem clara e acessível, e com um tema que sensibiliza toda a população da cidade. Graças à parceria entre o Fórum Popular do Orçamento e o Centro de Teatro do Oprimido (CTO), esse projeto está se tornando realidade. Depois de alguns encontros e muita conversa, nasceu o Teatro do Orçamento. A peça, que já está com seu roteiro pronto, terá como tema as enchentes, mas a discussão do orçamento estará sempre presente. "Esse tema foi escolhido porque achamos que ele atinge diferentes camadas da população do Rio, e por isso a identificação é mais ampla", contou Bárbara Santos, do CTO. O futebol, o Maracanã, as rodas de samba, o político corrupto, a "perua emergente", todo esse cenário e personagens cariocas são usados na peça para levar à reflexão sobre o orçamento.

Os ensaios estão acontecendo toda semana na sede do CTO. Qualquer pessoa pode fazer parte do projeto. Não é necessário ter experiência como ator, basta interessar-se pelo tema e ter disposição para participar. A primeira apresentação da peça deve acontecer em junho, na mesma época em que será votada a Lei das Diretrizes Orçamentárias, a LDO. O CTO fica na Avenida Rio Branco, 179/6º andar - Centro. Se você quiser mais informações, ligue para (021)220-7940, ou para o Corecon, no telefone 232-8178.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Apenas no mês de março, o Programa de Restauração e Conservação da Avenida Brasil perdeu 60% de seus recursos. Inicialmente, este valor era de R\$ 25,4 milhões. Depois de três remanejamentos, restou um saldo de aproximadamente R\$ 10 milhões.

Um outro programa afetado pelo remanejamento foi o de Adaptação, Construção e Instalação de Equipamentos e Mobilização às Acessibilidades de Pessoas Portadoras de Deficiência. Trata-se de um programa de trabalho oriundo de uma emenda legislativa do ex-vereador Fernando Willian (PDT). O valor retirado foi de 91%, o que praticamente inviabilizou o programa.

A exemplo do que aconteceu no ano passado, o programa de Publicidade e Propaganda continua a ser fartamente beneficiado pelos remanejamentos feitos pela Prefeitura. Inicialmente, o governo calculou que os gastos para divulgação seriam equivalentes a R\$ 3,5 milhões. Mas parece ter havido um "pequeno" erro de cálculo, corrigido graças a um remanejamento divulgado no dia 1º de abril. Houve um acréscimo de R\$ 7,3 milhões, ou seja, 207% de aumento na dotação inicial. Esses recursos saíram do Plano Maravilha, prejudicando-o em 32%. Esse programa prevê a divulgação da cidade.

TRIBUNAL DE CONTAS

Com base em dados fornecidos pelo Fórum, a bancada municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) solicitou ao Tribunal de Contas do município uma inspeção especial no decreto nº 17272 de 23 de dezembro de 1998. A inspeção visa verificar a legalidade, legitimidade e economicidade desse decreto, que remanejou R\$ 53 milhões do programa de trabalho de Restauração e Conservação da Avenida Brasil no ano passado. Parte desses recursos eram oriundos de financiamento do BNDES. Em 1998, esse projeto recebeu R\$ 108 milhões. Mais da metade desse valor acabou sendo remanejada. Esses recursos foram utilizados para pagamento da dívida do município. O PT quer saber se essa medida é legal.

ERRATA

Erramos nas informações do gráfico sobre o questionário veiculadas na última edição. Os dados corretos são os seguintes: Cultura e Esporte (5,12%), Administração Pública (3,11%), Habitação (8,16%).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org

A/C do conselheiro Luiz Mário ou das estagiárias Renata Carvalho e Ruth Espínola e Fernanda Ricardo.

ARTIGO

por José Rubens Damas Garlipp

Exame Nacional do Curso de Economia – Provão

(A filosofia de trabalho da comissão)

O Exame Nacional de Cursos – "Provão" –, promovido a partir de 1996 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação, em cuja quarta edição (ENC/99) está inserida a área de Economia (Portaria Ministerial nº 560, de 25 de junho de 1998), é um dos elementos da prática avaliativa oficial do ensino de graduação, a qual compreende também dois outros procedimentos: a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação submetidos ao Provão, pela Secretaria de Educação Superior (SESu); e as Avaliações de Cursos de Graduação pelas Comissões de Ensino da SESu, previamente às respectivas autorizações ou reconhecimentos.

Em que pesem as suas limitações, pois que é parte componente de um processo de avaliação mais amplo, o ENC pode aumentar o grau de conhecimento sobre os cursos de Economia no Brasil, ajudar a verificar problemas na formação básica do profissional e, principalmente, contribuir para a sua melhora. Nesse sentido, seu valor não é absoluto, mas pode traduzir-se em importante instrumento acessório junto a um projeto mais amplo de melhora da qualidade do ensino de Economia no Brasil.

Coube à Comissão do Curso de Economia definir os objetivos do Provão; o perfil e as habilidades delineados para o graduando; os conteúdos programáticos a serem avaliados; e fazer recomendações para a elaboração da prova (cuja atribuição cabe a uma banca elaboradora independente da Comissão).

A Comissão do Curso de Economia (Portaria nº 1.127/98, do Ministério da Educação), nomeada após consulta à Comissão de Especialistas de Ensino da SESu, ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), ao Conselho Federal de Economia (Cofecon) e à Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), é constituída

pelos professores Denilson da Silva Araújo (UFRN), Fernando Ferrari Filho (UFRGS), José Luiz Pagnussat (UCB), José Ricardo Barbosa Gonçalves (Unicamp), José Rubens Damas Garlipp (UFU), Leda Maria Paulani (USP) e Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado (UFRJ). Para desenvolver suas atividades, a Comissão contou com subsídios das organizações pelas quais foram indicados seus membros e com as contribuições enviadas por instituições de ensino superior ao MEC. A Comissão tomou como ponto de partida os resultados dos debates entre professores, estudantes e profissionais de Economia nos últimos anos, tais como os ocorridos nos Congressos, Seminários, Simpósios e Encontros de entidades acadêmicas e profissionais (Ange, Anpec, SEP, Cofecon e Corecons), considerando-os na realização de seu trabalho.

A Comissão definiu como objetivos do Provão: contribuir para o processo de avaliação do ensino de graduação em Economia; apontar alcances e limites do ensino de graduação em Economia, considerando-se o perfil, as habilidades e as competências requeridas do economista; sinalizar os fundamentos, os princípios e a estrutura que orientam o curso de Economia; avaliar as dificuldades, os desafios e as potencialidades das instituições e oferecer um referencial para melhorar a qualidade do ensino; e relacionar a formação oferecida nos cursos com as necessidades e desafios da Economia e da sociedade contemporâneas.

Igualmente, estabeleceu como perfil delineado para o graduando do Curso de Economia: sólida formação teórica, histórica e quantitativa; formação plural; formação cultural ampla, que possibilite a compreensão das questões econômicas no seu contexto social; capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas, numa realidade diversificada e em constante transformação; capacidade analítica; visão crítica e compe-

tência para adquirir novos conhecimentos; capacidade de comunicação e expressão oral e escrita; consciência de que o senso ético de responsabilidade social deve nortear o exercício da profissão.

Quanto às habilidades, espera-se que no decorrer do Curso de Economia o graduando seja capaz de desenvolver raciocínios logicamente consistentes; ler e compreender textos econômicos, com capacidade dissertativa; lidar com conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica; utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas; utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas; elaborar um projeto de monografia: levantar questões, operacionalizar conceitos e propor um plano de trabalho.

A limitação de espaço nos obriga a remeter o leitor ao Art. 4º da Portaria nº 128, de 01 de fevereiro de 1999, do Ministro da Educação, onde estão elencados os conteúdos programáticos que são objeto do Provão.¹ Vale registrar aqui, no entanto, o desenho da prova estabelecido pela Comissão. A prova será dividida em quatro grandes áreas: *Teoria Econômica* (Macroeconomia, Microeconomia e Economia Internacional); *Métodos Quantitativos aplicados à Economia* (Matemática, Estatística e Econometria); *História Econômica* (História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea) e *Cultura Econômica* (Economia Política, História do Pensamento Econômico, Evolução das Idéias Sociais e Metodologia). A área de Teoria Econômica terá peso de 40% na prova; ao passo que as outras três áreas terão, cada uma, peso de 20%. A prova terá 60 questões de múltipla escolha, divididas por área conforme o Quadro I. Haverá ainda quatro questões dissertativas, uma para cada área de conteúdo, a serem escolhidas dentre oito

apresentadas (duas por área). Cada questão de múltipla escolha valerá um ponto e cada questão dissertativa, dez pontos.

Mas, afinal, qual o fio condutor eleito pela Comissão para que a prova adquirisse tal desenho?

Como é sabido, toda organização curricular de graduação se traduz em norma de exposição do corpo de proposições fundamentais de sua ciência, sendo portanto um instrumento de divulgação e reflexão voltado à formação básica e ao desenvolvimento de habilidades específicas ao seu campo do conhecimento. Além do mais, deve proporcionar a cada instituição a possibilidade de diferentes ênfases, levando em conta a capacitação do corpo docente, os interesses dos estudantes, as vocações regionais e locais, especialmente em se tratando de uma país de dimensão continental como o Brasil. Nesse sentido, a Resolução CFE nº 11/84, instituída pela Reforma de 1984, e responsável pela organização curricular do Curso de Economia desde então, propõe duas ordens de matérias: as de Núcleo Comum, obrigatórias para todas as instituições e cursos; e as matérias retiradas por cada instituição dentre cada subconjunto das chamadas Matérias de Escolha; além das disciplinas opcionais de escolha do estudante. Assim é que, utilizando a flexibilidade proposta, cada curso tem a sua própria versão de organização curricular, respeitado o conhecimento comum responsável pela identidade do economista.

Pois bem, uma avaliação do desempenho dos cursos de Economia, segundo o entendimento da Comissão, só ganha sentido se lastreada neste Núcleo Comum. As particularidades e diferenças são importantes, sem dúvida, para caracterizar um curso de Economia, para atrair determinado tipo de aluno, para definir um perfil diferenciado de cada escola e para o reconhecimento do seu projeto político-pedagógico pela sociedade. Mas a avaliação do Curso de

ARTIGO

Economia a partir de um Exame Nacional só pode ser feita através das matérias obrigatórias. As particularidades de cada organização curricular são bastante controversas para fazerem parte de um projeto de avaliação; pois torná-las comparáveis demandaria critérios que, por maiores que fossem os esforços de objetividade, sempre guardariam uma indesejável feição subjetiva. Adicione-se a isso que os pesos estabelecidos e o número de questões de cada área correspondem, muito aproximadamente, à contribuição das matérias na organização curricular vigente desde a Reforma de 1984 (tomando-se por base um currículo de 2.700 horas/aula).

Outra referência importante às definições da Comissão está em que uma das críticas a que toda organização curricular está exposta encontra-se, justamente, nos vieses que possa imprimir à formação teórica, devendo-se evitar a primazia de um único paradigma do conhecimento. No caso da graduação em Economia, com a implantação da Resolução CFE nº.11/84 tem-se o rompimento com a subordinação de toda a formação teórica a um único paradigma, garantindo-se espaço para a apresentação dos paradigmas teóricos alternativos. Assim, mais que uma característica, o pluralismo metodológico é um dos princípios basilares do ensino de graduação em Economia².

O que estamos argumentando é que as principais modificações introduzidas pela Resolução CFE nº.11/84, presentes nos últimos quinze anos de ensino de graduação em Economia no Brasil, foram respeitadas pela Comissão. Entendemos que não poderia ser diferente, pois elas contemplam, de maneira adequada, a necessária ênfase na formação teórica e histórica e o domínio de instrumentais; garantem o pluralismo dos paradigmas do pensamento econômico e permitem a organização curricular flexível.³

Buscando ser fiel ao perfil e às habilidades desejáveis para o profissional de Economia, tal como definidos, bem como evitar os riscos de desequilíbrio da estrutura proposta, a Comissão fez duas ordens de recomendações. A primeira, quanto ao

perfil de cada componente da Banca Elaboradora da prova, cujos requisitos a serem atendidos são os seguintes: a) ser doutor em Economia; b) estar ministrando aulas na graduação há pelo menos dois anos; c) ser professor de Economia há pelo menos cinco anos. Além disso, deverá haver pelo menos oito formuladores de questões de instituições distintas (dois em cada uma das quatro áreas), os quais devem provir, em seu conjunto, de pelo menos três estados diferentes. A segunda ordem de recomendações se refere aos princípios para a formulação da prova: a) deve haver distribuição uniforme dos conteúdos das diversas matérias, de acordo com o número de questões e conforme os critérios pré-estabelecidos pela Comissão; b) as questões de múltipla escolha devem ser preferencialmente baseadas na discussão e definição de conceitos e não em problemas de cálculo; c) estas devem ser desenhadas para serem respondidas em tempo médio inferior a três minutos; d) as questões devem ser plurais, contemplando diferentes concepções teóricas; e) as questões devem abranger o maior número possível de aspectos do conteúdo, evitando-se a repetição; f) a parte de múltipla escolha deve ter 30% de questões fáceis, 50% de médias e 20% de difíceis; g) as questões dissertativas devem ser temáticas e permitir respostas com base em diferentes correntes teóricas, sendo desenhadas para serem respondidas em tempo que não ultrapasse quinze minutos, utilizando-se aproximadamente dez linhas; h) a grade de respostas deve ser plural, contemplando as diferentes concepções teóricas; i) as questões de múltipla escolha e dissertativas deverão ser elaboradas preferencialmente a partir de textos constantes da prova, os quais servirão de referência para o levantamento das questões; j) as questões da área quantitativa devem ser preferencialmente aplicadas à Economia; k) não será permitido o uso de calculadora; l) na prova deve haver indicação do valor da questão; m) no gabarito da parte dissertativa deve ser possível mais de uma gradação para a pontuação.

A Comissão do Curso de Economia do ENC/99 entende que o dese-

lho proposto para esta avaliação reflete os resultados do debate sobre a natureza do Curso de Economia no Brasil. Sendo a Economia uma Ciência Social, suas políticas e técnicas, desenvolvidas a partir de seus fundamentos teóricos, têm profundas implicações para problemas práticos no mundo contemporâneo e, em especial, para a realidade brasileira. Entendemos, ainda, que a opção de concentrar o ENC no Núcleo Comum das matérias de formação básica do economista, acompanhada do cuidado para que não seja privilegiado um ou outro paradigma, nem haja concentração sobre um ou outro conteúdo programático, é a única maneira legítima de permitir a comparabilidade entre programas com distintas características regionais e distintos desdobramentos de conteúdos programáticos.

Certamente, não chegamos ao desenho perfeito para a prova do ENC/99, mas igualmente procuramos

evitar um maior número de vieses, inclusive os que carregamos como professores e profissionais levados à condição de membros da Comissão do Curso de Economia do ENC/99.

José Rubens Damas Garlipp é professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange). Membro da Comissão do Curso de Economia do Exame Nacional de Cursos - ENC/99. jrgarlipp@ufu.br

1 A referida Portaria está disponível na Internet nos sites do MEC (www.mec.gov.br), Cofecon (www.cofecon.org.br) e Ange (www.race-nuca.ie.ufjf.br/ange).

2 De acordo com o Art. 7º. da referida Resolução. A propósito, a decisiva importância desse e dos demais princípios norteadores do ensino de Economia, não por menos, é bem captada pela atual Comissão de Especialistas de Ensino de Economia, em cuja proposta de Diretrizes Curriculares os reafirma em seu Art. 1º.

3 Também a Monografia de conclusão de curso, como requisito curricular obrigatório, foi considerada. Embora não constem questões a respeito da Monografia na prova proposta, há questões específicas a ela dedicadas no Questionário-pesquisa a ser enviado aos graduandos.

Quadro I

Áreas, Matérias, Estrutura da Prova e Distribuição das Questões

Áreas	Matérias	Questões Múltipla Escolha	Questões Dissertativas	Pesos
				das Áreas
Teoria Econômica	Macroeconomia	12		40%
	Microeconomia	12	01	
	Economia Internacional	6		
Quantitativa	Matemática	4		20%
	Estatística	3	01	
	Econometria	3		
História	História Econômica Geral	4		20%
	Formação Econômica do Brasil	3	01	
	Economia Brasileira Contemporânea	3		
Cultura Econômica	Economia Política	4		20%
	História do Pensamento Econômico	4	01	
	Evolução Idéias Sociais e Metodologia	2		
TOTAL DE QUESTÕES		60	04	
PESO DAS PROVAS NA NOTA FINAL		60%	40%	100%

FONTES: Relatório da Comissão do Curso de Economia - ENC/99

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo os livros abaixo com desconto para os economistas associados. São eles:

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, de R\$ 25,00 por R\$ 10,00.
- *Macroeconomia*, de Mário Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne, por R\$ 10,00. 1ª Edição.

Livraria FGV - Tel. 536-9105 - Praia de Botafogo, 188 - Rio de Janeiro

ENTREVISTA

EMIR SADER

Será preciso refundar o Brasil

FOTO: CARLOS IVAN / AGÊNCIA O GLOBO

Emir Sader é formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, onde defendeu teses de metrado em Filosofia Política e de doutorado em Ciência Política. Atual presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), leciona também no Departamento de Políticas Sociais da Faculdade de Serviço Social da UERJ, onde coordena o Programa de Estudos da América Latina e Caribe (Proealc). Publicou, entre outros livros, *Estado e política em Marx* (Cortez), *A transição no Brasil – da dita-dura à democracia?* (Atual), *O poder, cadê o poder?* (Boitempo) e *O anjo torto – esquerda (e direita) no Brasil* (Brasiliense). Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, Emir mostra-se decepcionado com os rumos contemporâneos da América Latina e fala na possibilidade de que estejamos caminhando para uma grave crise societária: “Em futuro não muito longínquo, nossa sociedade terá que ser repensada amplamente.”



JORNAL DOS ECONOMISTAS: Nos últimos anos, o Estado brasileiro tem permanecido na berlinda, tratado como o epicentro da crise. Como você vê isso?

EMIR SADER: Não me parece errado tomar a crise do Estado como eixo central da problemática brasileira, desde que consideremos essa crise como a ponta de um iceberg. Afinal, para o bem ou para o mal, o Estado cumpre funções decisivas. No plano interno, deve prover serviços essenciais, estimular a cidadania, apontar metas, propor caminhos para alcançá-las e incentivar soluções, inclusive de natureza econômica, que se contraponham à tendência à fragmentação da sociedade. No plano externo, é um agente insubstituível para garantir a “cidadania” do país no cenário internacional; deve construir alianças internacionais, lançando mão de políticas ativas e renovadoras capazes de redefinir, para melhor, nossa inserção no mundo em cada momento.

O Estado também é importante como um instrumento de democratização da sociedade. Para isso, ele deve constituir-se como um poder que nega a si mesmo, estimulando a crescente socialização da política e o desenvolvimento de uma esfera pública não estatal, tão poderosa quanto possível.

Portanto, ao contrário do que se diz, reafirmar a importância do Estado não se confunde com uma nostalgia do Estado tradicional. Devidamente renovado, ele pode vir a recriar relações sociais e incentivar formas de vida mais solidárias. É do futuro que estamos falando.

JE: Vamos insistir na pergunta: por que a crise do Estado é tão importante?

EMIR: Porque o Estado brasileiro deixou de cumprir praticamente todas as suas funções. Os fios da meada podem ser puxados a partir dele, pois sua crise sintetiza, condensa e amplifica a crise da sociedade.

JE: Você se referiu à necessidade de fortalecer uma esfera pública não estatal. O que é, exatamente, isso?

EMIR: Temos hoje, pelo menos, três exemplos relativamente exitosos de criação dessa esfera pública no Brasil: o orçamento participativo, cuja experiência mais desenvolvida está em Porto Alegre; a TV Cultura de São Paulo, uma fundação de direito público, mas cuja programação não é feita pelo governo e que consegue furar parcialmente o monopólio do capital privado sobre a rede de comunicação de massas; e a organização dos assentamentos de reforma agrária, espalhados pelo país, sob a responsabilidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; muitos deles são casos de êxito, inclusive econômico. Todas essas iniciativas mantêm alguma forma de relação com o Estado, mas não são engolidas por ele. Preserva-se, em cada uma, a participação societária e, portanto, o caráter público. Lamentavelmente, esses exemplos são exceções.

JE: Por que essas iniciativas permanecem excepcionais? Por que não se multiplicam com maior rapidez e nitidez?

EMIR: As políticas vigentes nos últimos anos visam, acima de tudo, a desregulamentar a vida econômica e social da forma mais ampla possível. O Estado deixa de exercer seus papéis ligados à regulação e ao planejamento. Com isso, a própria democracia tende ao colapso, pois a sociedade deixa de ter instrumentos para implementar decisões de caráter coletivo. Temos assistido a uma imensa expropriação das condições mínimas necessárias para que a sociedade decida seus destinos.

JE: Pode-se falar em uma crise na democracia?

EMIR: O debate sobre a democracia, que foi muito intenso nos anos 80, tornou-se uma caricatura de si mesmo. Hoje só se discute como economizar, cada vez mais, nos gastos sociais e como cassar direitos rema-

nescentes. A problemática da democratização substantiva desapareceu, e com ela a dimensão especificamente política do Estado. Canonizamos sistemas falidos de representação, impermeáveis à sociedade, mas permeados pela corrupção e a ação do poder econômico. Aceitamos considerá-los como modelos institucionais acabados e imutáveis. É um grande engodo. Temos pela frente a tarefa de refundar o Estado, e isso só pode ser feito a partir de uma pergunta elementar: de que tipo de Estado a sociedade brasileira necessita?

JE: *Este não é um problema mundial?*

EMIR: Com certeza, é um problema da América Latina como um todo. Os ideais democráticos foram mais fortes na década de 1980 do que na atual. Também nesse espaço mais amplo, a crise dos Estados é um reflexo de um enfraquecimento mais geral, que atinge todo o continente.

JE: *Como você caracteriza esse enfraquecimento?*

EMIR: Conquistamos a independência no século XIX, mas confirmamos nele a nossa condição periférica. O século XX, por sua vez, começou para nós com a Revolução Mexicana e teve mais um grande acontecimento político com a Revolução Cubana. O continente conheceu outros fenômenos importantes, embora de menor envergadura histórica, como o peronismo e o varguismo. Esteve na área vencedora das duas grandes guerras, não foi recolonizado (como a África e a Ásia) e tampouco teve qualquer conflito interno de maiores dimensões.

Mesmo assim, a América Latina está terminando muito mal o século XX. Desde a crise da dívida externa, está estagnada e vem perdendo importância. Hoje, só se olha para cá com perguntas do tipo: "Será que o México vai explodir? Será que a bola da vez é a Argentina? Será que o Brasil aguenta um pouco mais?" Nenhuma experiência em curso pode falar de um futuro em construção com um mínimo de legitimidade e autenticidade. Estamos diante de uma tragédia continental.

JE: *Você pode dar exemplos disso?*

EMIR: Há países, como o Haiti, que mergulharam em impasses aparentemente irremovíveis. No México, as eleições rendem matérias fartas para as páginas policiais dos jornais. O governo da Colômbia não consegue governar. A tensão institucional na Venezuela é clara. O Peru vive sob ditadura. No Equador, pela segunda vez consecutiva, um presidente eleito pelo voto popular experimenta, depois da posse, grande instabilidade. No Chile, a herança da ditadura é explícita dentro das instituições, a começar pelo mandato vitalício do general Pinochet como senador. A Argentina abandonou sua moeda e abdicou de qualquer projeto próprio. No Brasil, o presidente Fernando Henrique governa através de medidas provisórias, num ritmo que faria inveja ao general Castello Branco.

O desastre das últimas décadas culminou com dois golpes recentes, muito duros: a associação formal entre o México e os Estados Unidos, e a assinatura do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. As grandes economias do continente formalizaram sua incapacidade de exercer qualquer tipo de liderança regional. E a profunda recessão que se anuncia no Brasil contribui para diminuir qualquer perspectiva de mudança.

JE: *Quais são os espaços internacionais de manobra para o continente?*

EMIR: Eles se estreitaram com a desarticulação, em todo o mundo, dos movimentos de tipo terceiro-mundista, como o dos países não alinhados. A América Latina não consegue articular-se sequer com países do porte da China, da Índia e da África do Sul. Com a óbvia exceção de Fidel Castro, muito isolado, nenhum líder continental se opõe a nenhum aspecto da política norte-americana. Clinton ficou quatro anos sem pisar no continente e todos permaneceram totalmente submetidos. Creio que é uma situação inédita. Em outras épocas, sempre houve algum grau de contestação e busca de caminhos próprios.

JE: *Que papel a Europa pode desempenhar nisso?*

EMIR: A União Européia surge em um contexto de recessão na própria Europa e de colapso nos chamados mercados emergentes. Depois da pancada provocada pela moratória russa, os europeus querem distância desse tipo de crise. Pedem apenas que não criemos mais problemas.

JE: *Como o Mercosul se insere nesse contexto?*

EMIR: Poderíamos pensar em fazer do Mercosul uma alavanca para a nossa recuperação, mas ele tem uma bomba de tempo retardado embutida em si, na forma de políticas cambiais totalmente desencontradas, praticadas pelos dois grandes parceiros dessa iniciativa. A Argentina aceita com a possibilidade de construirmos uma moeda única, mas faz isso, claramente, dentro de uma perspectiva de transitarmos juntos para a dolarização. Chego a pensar que o Mercosul pôde caminhar, nos últimos anos, por causa da crise mexicana de 1994, que manteve os Estados Unidos ocupados. Agora o tempo parece correr contra ele.

JE: *Que alternativas estão disponíveis no continente?*

EMIR: Lamentavelmente, temos na América Latina dois modelos básicos de oposição ao modelo liberal. O primeiro é o da Aliança Democrática argentina, que pretende tornar definitivas as características centrais do modelo, obter legitimidade diante das elites e acenar com algumas políticas sociais. O segundo é o do atual presidente da Venezuela, Hugo Chavez, que pelo menos faz uma condenação global ao papel das elites e fala em alterar as relações do Estado com a cidadania. Mas não configura uma opção clara.

JE: *Voltemos ao Brasil. Os impasses de natureza econômica, social e estratégica continuam pelo menos tão grandes, se não maiores, que os de vinte anos atrás. A redemocratização falhou?*

EMIR: A esquerda entrou despreparada na luta política da década de 1980. Acreditou que a redemocrati-

zação criaria um contexto em que os outros grandes problemas da sociedade seriam naturalmente resolvidos. Com isso, limitou-se a incorporar componentes sociais em uma democracia cuja concepção básica era liberal. Outros aspectos fundamentais da realidade brasileira – o esgotamento de um modelo de acumulação, a crise do Estado, etc. – foram subestimados.

Essas dificuldades se tornaram maiores porque a esquerda deixou de pensar o Brasil como uma sociedade capitalista, submetida às vicissitudes dos processos de acumulação de capital, sujeita a relações internacionais profundamente enraizadas na história, portadora de uma certa estrutura de classes, e assim por diante. O abandono desses marcos analíticos, típicos do marxismo, facilitou a aceitação dos limites contidos no pensamento liberal. Atribuiu-se a "novos movimentos sociais", definidos de forma muito genérica, a tarefa de constituir uma nova hegemonia. Assim, a esquerda perdeu os fios condutores da crise brasileira. Com o relativo insucesso do movimento pelas "diretas já" e a confirmação do colégio eleitoral como fórum legítimo de solução da crise da primeira metade dos anos 80, as possibilidades de reforma social foram castradas, centrando-se toda a energia na carcaça da institucionalidade política. Os processos político e social se desarticularam, exatamente como pretendia a elite brasileira.

JE: *Quais as conseqüências disso?*

EMIR: A direita ganhou tempo para se rearticular; atacou firmemente a Constituição de 1988, até conseguir desfigurá-la, e levantou bandeiras políticas e econômicas de fundo. A esquerda, por sua vez, tornou-se incapaz de propor uma visão de conjunto, que se baseasse em uma descrição da nossa trajetória e apresentasse uma avaliação dos caminhos possíveis a serem trilhados, em termos estratégicos. Com o tempo, restaram duas bandeiras muito limitadas, repetidas à exaustão até hoje: justiça social e ética na política, tão caras ao PT.

A partir de uma base tão frágil, as

ENTREVISTA

duas esferas de atuação da esquerda se desarticularam. Parte dela foi tragada por uma institucionalidade que oferece espaços muito limitados para a ação transformadora, e parte se agarrou a movimentos sociais que tendem à radicalização pura e simples, sem articularem um projeto nacional que tenha capacidade de disputar a hegemonia na sociedade como um todo.

JE: *As crescentes dificuldades do modelo neoliberal não modificam esse quadro?*

EMIR: Não devemos subestimar a força do pensamento dominante. Ele se mantém hegemônico na formação de opinião, embora sua hegemonia se baseie na passividade, e não no entusiasmo ou na mobilização. O avanço eleitoral da esquerda foi pequeno e se deu em contextos que não ameaçavam a estabilidade da moeda, que continua a ser o grande espantinho acenado pelos conservadores. Foi mais fácil votar no Olívio Dutra e no Itamar Franco – embora os dois tenham tido vitórias apertadas – do que no Lula.

É verdade, no entanto, que os liberais perderam a capacidade de prometer o futuro. Passaram a prometer um retorno ao passado recente. No melhor dos casos, se todo o purgante recessivo for digerido, retornaremos à situação de anteontem. Mesmo nesse novo contexto, a esquerda mantém um silêncio quase absoluto sobre os destinos estratégicos do país. É uma pena. Creio que há espaços significativos, na sociedade, para propor um projeto alternativo.

JE: *Por que prevalece uma certa passividade na sociedade?*

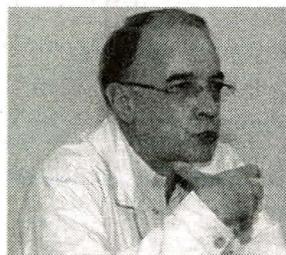
EMIR: A crise atingiu fortemente as iniciativas coletivas e as organizações que as encarnam, como partidos, sindicatos e associações de todo tipo. O movimento sindical, por exemplo, salvo uma ou outra exceção, assumiu de vez um caráter corporativo. Na melhor das hipóteses, defende os interesses de sua própria base, em um contexto marcado pelo aperto geral.

Por outro lado, em nossa sociedade, os meios de comunicação conquistaram uma espécie de poder de

veto sobre os processos políticos, sociais e culturais: o que esses meios não repercutem, na prática, é como se não existisse, pois não desenvolve capacidade multiplicadora.

JE: *Que papel os intelectuais estão cumprindo?*

EMIR: Se eles forem consultados um a um, a maioria dirá que se opõe ao que aí está. Mas, como regra, perderam a capacidade crítica e de intervenção, ou porque se sentem moralmente desmoralizados, ou porque passaram a acreditar que as grandes narrativas perderam o sentido. Praticamente não se fazem mais análises abrangentes, muitas das quais se demonstraram tão fecundas no passado. Mais recentemente isso começou a ser revertido, ainda de forma limitada, com o ressurgimento de uma literatura que busca construir



"A década de 1990 nos deixa três grandes heranças: a desarticulação das políticas sociais, a informalização das relações de trabalho e um novo acordo com o FMI, cheio de conseqüências para o futuro."

sínteses mais poderosas, do ponto de vista analítico. No cenário internacional, ganharam maior visibilidade os trabalhos de Giovanni Arrighi, Robert Brenner e François Chesnais, entre outros. No Brasil, também começam a surgir textos que retomam o fio da meada, voltam a nos conectar com o nosso passado, contextualizam o presente e falam do campo de possibilidades, nem sempre visível a olho nu, que está inscrito nele. Esse é um papel central da intelectualidade. É sua maior contribuição para a construção de novas identidades coletivas que possam moldar uma vontade nacional. Creio que o sucesso do livro *A opção brasileira*, completamente ignorado pela mídia, se deve à ousadia de recolocar essas questões abrangentes.

JE: *Há uma demanda nesse sentido?*

EMIR: Creio que sim, mas desatendida. A Anpocs, por exemplo, é um grande retrato do que se produz

no Brasil em ciências sociais. Ela mostra uma enorme fragmentação, com um fortíssimo estreitamento da moldura intelectual em que os trabalhos se realizam. Quase não há temáticas gerais. As comunicações são escritas estritamente para os pares e para os órgãos financiadores, que impõem modelos e temas bem definidos. O nível das análises é muito bom, mas elas não têm capacidade de se desdobrar em uma convocação da sociedade, pois não apontam com clareza os grandes desafios do Brasil.

JE: *A esquerda pode apresentar um modelo alternativo?*

EMIR: Mais do que uma política econômica, ela precisa apontar um projeto para o país. Esse projeto começa, necessariamente, pela retomada de certas idéias gerais, como a de construir uma sociedade que valori-

te está no mercado formal, essa luta adquire grande centralidade, inclusive no contexto de propostas para a geração de novos postos de trabalho. Ela ajuda a retirar as políticas de ajuste fiscal do centro da agenda, colocando uma nova pauta para o debate.

JE: *Voltando a pensar no Brasil, que balanço você faz desta década que está terminando?*

EMIR: Do ponto de vista da nova configuração da sociedade brasileira, a década de 1990 (e, dentro dela, com destaque, os governos de Fernando Henrique Cardoso) nos deixou três grandes heranças. A primeira: a desarticulação – mais do que isso, a deslegitimação – das políticas sociais, colocadas sob suspeita pelos que promovem um perverso enxugamento do Estado; temos um déficit social vergonhoso e só se fala no déficit público, mesmo assim omitindo-se sua origem financeira. A segunda: a informalização das relações de trabalho, com a dramática multiplicação do número de pessoas que deixou de ter qualquer contrato de direitos e deveres para com a sociedade. A terceira: numa conjuntura internacional difícil, de contração no ritmo global de crescimento e de intensificação das disputas comerciais e estratégicas, o Brasil entregou-se ao FMI, assinando um acordo cheio de conseqüências, num momento em que a opinião internacional se inclinava contra as políticas desse organismo; a correlação de forças não nos obrigava a isso. Deveríamos tentar realizar um plebiscito sobre o acordo do Brasil com o FMI. É muito difícil levar essa idéia até o fim, mas ela poderia ajudar as oposições a retomar a iniciativa. No mínimo, elas seriam forçadas a desenvolver uma pedagogia mais eficaz para explicar a milhões de pessoas o que o processo econômico mais geral tem a ver com a vida de cada um.

JE: *Que futuro nos espera?*

EMIR: Essas três heranças nos colocam no rumo de uma crise societária. Em futuro não muito longínquo, nossa sociedade terá que ser repensada amplamente. Será preciso, nada menos, que refundá-la.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. Neste sentido, é que o Conselho Regional de Economia - RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal, em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe - 1998*, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional - 1998*, 225p. U\$ 20,00
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$8,00
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe - 1998*, 289p. U\$ 15,00
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.

Horário de funcionamento da Biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

PUBLICAÇÕES

O Corecon/RJ, o Ierj e o Sindecôn, dando prosseguimento à política de difusão da informação, editará este ano os trabalhos agraciados com o IX Prêmio de Monografia. As publicações das entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão voltadas para a atualização profissional, questões do ensino e de pesquisas acadêmicas e estão disponíveis na sede do Corecon/RJ são:

- *Visões da Crise* - coletânea de entrevistas realizadas pelo *Jornal dos Economistas*.
- *Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro* - artigos de especialistas sobre as questões atuais envolvendo este setor econômico.
- *Guia dos Consultores em Economia* - cadastro apurado das consultorias, que preserva a qualidade do trabalho dos profissionais da área.
- *Ensino de Economia - Questões Práticas e Empíricas* - indispensável professores e alunos da Economia e áreas afins.
- *Desemprego: Desafios e perspectivas na virada do século* - textos apresentados durante o seminário que discutiu a problemática do desemprego crescente.
- *Vinte anos de Política Econômica* - Coletânea de artigos que trata de diferentes aspectos da economia contemporânea brasileira.

Corecon/RJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º. andar - Rio de Janeiro - Tel. (021) 232-8178

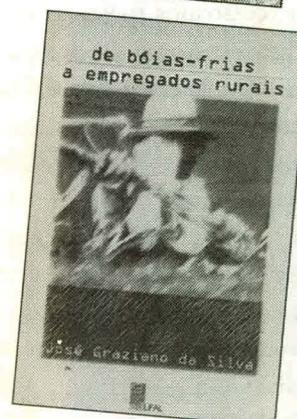
CONVÊNIO

Convênio com a Universidade de Alagoas

A *Geografia e a Questão Social*, de Manuel Correia de Andrade, reúne ensaios que têm em comum uma análise crítica da sociedade atual. Nos quatro primeiros capítulos são abordados temas como: as conseqüências da globalização facilitada pela dinâmica das comunicações, a utilização da tecnologia na produção e sua relação com o meio ambiente, a situação atual do espaço agrário brasileiro com suas características e diversidades, o mecanismo das migrações e suas implicações geopolíticas e geoeconômicas sobre a produção e organização do território brasileiro. No quinto capítulo, ao fazer uma análise do Nordeste brasileiro, o autor possibilita ao leitor uma visão mais ampla da Região, sua relação com as outras regiões do país, as condições naturais e os tipos de ocupação do território, suas atividades produtivas, as relações cidade/campo e interregionais, e por fim o Nordeste frente à questão nacional. (166p. R\$ 10)

De bóias-frias a empregados rurais, de José Graziano da Silva, procura mostrar como o mercado de trabalho rural no Estado de São Paulo tendeu a se reestruturar, uma vez passada a fase inicial de crescimento do trabalho volante, em função do processo de proletarianização dos trabalhadores familiares residentes (principalmente os pequenos rendeiros e ex-colonos do café) dos anos 60. O autor estuda as transformações na base técnica da cultura de cana-de-açúcar que tiveram impacto sobre o emprego da mão-de-obra e seus reflexos nas relações de trabalho deste setor, descrevendo a evolução do sindicalismo rural e a incorporação das novas reivindicações dos trabalhadores volantes. (195p. R\$12)

Editora Universitária/EDUFAL - Universidade Federal de Alagoas/UFAL
Maceió - CEP: 57072-970 Alagoas - Tel: (082) 214-1111 - Fax: (082) 322-2383

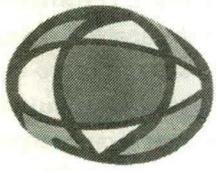


CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- *A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- *Os fluxos financeiros na América Latina - um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- *30 anos do The New York Review of Books - a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- *América Latina - entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana - a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

DEBATE



Tribunal da Dívida Externa

26, 27 e 28 de abril de 1999

Teatro João Caetano
Praça Tiradentes - Rio de Janeiro

CONVOCATÓRIA

Débito pago várias vezes trava desenvolvimento do País, impedindo pagamento da dívida social. Poderoso predador, corrói as entranhas da economia brasileira: a **dívida externa**. E, junto com ela, a dívida interna causa a estagnação em que se encontra o país. Quando as máquinas param, empregos desaparecem. A miséria e a exclusão aumentam. Mas os pagamentos de juros e amortizações aos credores são "honrados" pontualmente.

O endividamento, impactando a vida de todos, escapa do terreno contábil: é problema nacional, político, ético e jurídico.

Queremos convidar você a melhor conhecer e julgar o círculo vicioso do endividamento externo, suas causas, excesso de crescimento e conseqüências. Um réu de diversos crimes contra a Nação.

Tais débitos não param de crescer. Sua hipertrofia pode ser assim indicada:

DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

Estoque	Governo
1969: US\$ 4,4 bilhões	
1973: US\$ 13,8 bilhões	Pres. E.G.Médici
1978: US\$ 52,2 bilhões	Pres. E. Geisel
1984: US\$ 102,0 bilhões	Pres. J.B.Figueiredo
1989: US\$ 115,5 bilhões	Pres. J. Sarney
1992: US\$ 136,0 bilhões	Pres. F. Collor de Mello
1994: US\$ 148,3 bilhões	Pres. Itamar Franco
1998: US\$ 235,0 bilhões	Pres. F.H.Cardoso

Fonte: Banco Central do Brasil

De 1989 a 1998 o Brasil pagou, como juros e amortizações, US\$ 225 bilhões. Ou seja: da "dívida" de US\$ 115 bilhões pagamos US\$ 225 bilhões e ainda passamos a dever US\$ 235 bilhões de dólares. Somente até novembro de 1998 pagamos pelos serviços da dívida o equivalente a mais de duas vezes o orçamento anual do Ministério da Saúde: US\$ 46 bilhões. É o velho círculo vicioso do endividamento, que torna a dívida brasileira, de fato, impagável.

PARA ONDE FOI A DINHEIRAMA?

Para responder, é preciso conhecer os dois ciclos mais recentes de endividamento pelos quais passou o país.

No início dos anos 70 havia capital em excesso nos países ricos, a juros baratos. Era época do general Médici. Seu governo e o do general Geisel aproveitaram-se dessa onda e endividaram irresponsavelmente o Brasil para financiar obras faraônicas. Do que ficou como empréstimos, os juros foram encarecendo até que, em 1982, o Brasil, juntamente com outros países endividados, chegou a um ponto em que virtualmente quebrou. Os bancos dos países ricos, irresponsáveis emprestadores de dinheiro temporariamente barato às ditaduras do Hemisfério Sul, também se viram em risco de falência. A renegociação implicou um ajuste comandado pelo FMI, para fazer com que as economias endividadas adaptassem seus orçamentos à prioridade de continuar pagando juros aos credores internacionais. Começou então a tomada de empréstimos para pagar empréstimos: o círculo vicioso do endividamento, que tornou a dívida externa uma dívida "eterna". A lenta agonia do modelo

de desenvolvimento adotado após 1964 acabou resultando em recessão, desemprego e um custo social altíssimo.

Acumulou-se assim uma dívida social ainda maior do que aquela deixada pelos séculos de escravidão e dominação colonial. Aprofundaram-se também a dívida ambiental, relacionada à qualidade decadente da vida urbana, à destruição sistemática das florestas, da pureza das águas dos rios e mares, do solo e do ar que respiramos, sacrificados no altar dos lucros em benefício de uma minoria; e a dívida política, dado que os indígenas, os negros e a imensa maioria dos trabalhadores, têm estado privados dos seus direitos humanos e de cidadania desde a invasão européia das Américas, até hoje. São eles os credores destas dívidas.

Despreocupado em saldar estas dívidas, o governo Figueiredo se dedicou a ajustar a economia à prioridade de pagar em dia a dívida externa. O governo Sarney ensaiou uma inversão de prioridades, mas logo cedeu às pressões das elites brasileiras e estrangeiras. Sem resolver tais problemas, entramos nos anos 90. E nos deparamos com uma nova conjuntura de excesso de capitais no mundo rico. Tais capitais não conseguiam realizar lucros nas suas economias sobrecarregadas de produtos de consumo. Procuraram caminhos de retorno à América Latina, atraídos pela retomada do crescimento econômico que se seguiu à renegociação das dívidas segundo o plano do secretário N. Brady dos EUA, e pelos altos juros que os governos do continente se dispunham a pagar. Mas esses capitais não foram para onde as necessidades eram maiores, e sim para onde esperavam lucrar mais fácil e rapidamente: os oito maiores países, dos quais o Brasil é sem dúvida o mais atraente. Esta fase, marcada pelas políticas de ajuste neoliberal, serviu para financiar o aumento de reservas cambiais e o aumento do volume de importações, além de ser extremamente funcional na adoção de planos de estabilização, como o Real. E, diferentemente da etapa anterior, este novo endividamento sequer plantou obras no País: a marca que ficará é a da especulação financeira, da privatização do patrimônio público brasileiro e desnacionalização de mais de 650 empresas brasileiras, e da importação de automóveis, aparelhos eletrodomésticos, carvão, macarrão, trigo, algodão, água mineral e toda sorte de quinilhas.

CONSEQÜÊNCIAS

Resultaram dessa política a destruição da indústria nacional e milhões de desempregados nas ruas; o aprofundamento do abismo entre os ricos e os trabalhadores, cuja parcela na renda nacional é das mais baixas do continente; a estagnação do nosso comércio e a mutilação do precioso capital científico e tecnológico brasileiro.

A "dívida" externa está relacionada à interna como unha e carne: desde a crise dos anos 80, a política de financiar seus déficits externos com poupança do exterior resultou em tomar mais empréstimos para pagar os antigos, atraindo os capitais, inclusive especulativos, com altas taxas de juros, e tendo que convertê-los em moeda nacional para introduzi-los na economia. Isto se agravou nos anos do governo FHC: as reformas neoliberais resultaram não apenas num persistente déficit de contas correntes, mas também num déficit comercial. A única fonte de divisas passou a ser atrair o capital estrangeiro seja para investir, seja para especular, seja como empréstimo para pagar os juros desta dívida que se tornou impagável. Os bancos nacionais e interna-

DEBATE

cionais adquirem títulos do governo e deixam seus dólares no Banco Central. Após um tempo, são eles resgatados, acrescidos de juros que, às vezes, alcançam 40% ao ano. Assim, para tapar um rombo o governo abre outro, endividando-se cada vez mais em reais para rolar o débito em moedas estrangeiras. A dívida interna, que era de R\$ 60 bilhões em 1995, atinge hoje R\$ 373 bilhões (41,2% do PIB!). Só para rolar este papagaio, o governo paga ao ano quase R\$ 80 bilhões!

Mas o governo FHC não pensa na outra dívida, tão monstruosa: a dívida social para com seu povo, que precisa de moradia, educação, terra, saúde, direito à livre informação, democracia, etc. Há mais de 10 milhões de desempregados no Brasil; há cerca de 4,5 milhões de famílias à espera de um pedaço de terra para plantar, enquanto o déficit de moradias remonta 13 milhões de unidades. Os credores da dívida social são 90% dos brasileiros.

Quem paga a conta? Pagamos a dívida externa a cada fila que enfrentamos num hospital público, a cada emprego que perdemos e a cada vez que vemos nossas condições de vida piorarem. O acordo com o FMI provocou cortes de despesas públicas desastrosos para a sociedade e a economia do país. Eis os cortes principais entre o orçamento da União antes e depois:

Assistência à criança e adolescência: -73%
 Programa Erradicação do Trabalho Infantil: - 24%
 Habitar Brasil: -70,8%
 Reforma Agrária: -42,6%
 Consolidação e emancipação de assentamentos rurais: -100%
 Transporte Escolar: -79%
 Distribuição de Alimentos: -34%
 Qualificação Profissional: - 21%
 Demarcação de Terras Indígenas: -78%

Fonte: Folha de São Paulo, 28/2/99

Estes e outros cortes de recursos para gastos sociais e ambientais fazem do acordo FHC-FMI uma bomba-relógio.

CURSO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA

O Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, o Corecon/RJ e o Sindecon/RJ estão promovendo o curso de Estatística Econômica Básica, que terá início em 17 DE MAIO. O curso pretende cobrir três tópicos: a gênese e a conceituação da estatística, a metodologia proposta a nível internacional e a utilizada nas estatísticas brasileiras. Associados das entidades promotoras pagam R\$ 150,00 e não associados R\$ 200,00. Estudantes pagam R\$ 100,00. Mais informações: (021) 232-8178 e fax (021) 509-8121.

POESIA

Jorge Luis Borges, em uma conferência, certa vez, afirmou que a literatura nada mais é do que um sonho dirigido, nela cada palavra é um símbolo compartilhado e todas as palavras postulam o universo cujo atributo mais notório é a complexidade.

O **Jornal dos Economistas**, fugindo um pouco da aridez das análises e previsões para esse final de século, quer abrir espaço para a linguagem da prosa e da poesia, a partir de agora. E convidamos aqueles economistas que sabem traduzir em palavras todo o sentimento do mundo a enviar-nos seus escritos.

Nota de rodapé: Os textos deverão possuir até 25 linhas e estão sujeitos a uma seleção prévia realizada pelo Conselho editorial.

O Tribunal das Dívidas

O Papa João Paulo II, lembrando a tradição bíblica do perdão das dívidas, lançou a **Campanha Internacional Jubileu 2000** (TMA, 51), visando ao cancelamento dos débitos externos dos países pobres.

Um Tribunal sobre a Dívida Externa está sendo organizado por entidades e movimentos ecumênicos, profissionais, sindicais, populares e de desenvolvimento solidário. Desejamos convidar todas e todos que leiam esta convocatória. Os objetivos principais do Tribunal são denunciar e julgar a dívida externa, identificar os responsáveis, sensibilizar a sociedade brasileira para tão importante problema e propor uma política de transformação socioeconômica que implique o desendividamento do país e na construção de um desenvolvimento centrado no ser humano, na plena participação democrática e na sustentabilidade social e ambiental.

O júri será montado nos dias 26, 27 e 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

Diversas personalidades nacionais, lideranças políticas, sociais, religiosas e sindicais, economistas, juristas, artistas, intelectuais estarão depondo e julgando este réu seu rosto da vida nacional.

Venha ao Rio de Janeiro participar do Tribunal. E divulgue o evento em sua cidade.

CNBB / Cáritas (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs)

CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço)

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra)

CMP (Central de Movimentos Populares)

IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros)

CORECON/RJ (Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ)

SINDECON/RJ (Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro)

PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul)

ECONOMIA

Encontro dos Cursos de Economia do Rio de Janeiro

- Diretrizes Curriculares e Provão

24 DE ABRIL DE 1999 (sábado)

Local: Universidade Candido Mendes - Campus Centro
 Rua da Assembléia, 10 - 42º andar - Centro - RJ

Mesa 1 - Reforma Curricular - Diretrizes e Desafios

Coordenador: Eduardo Callado (Corecon-RJ); **Expositores:** Carlito Zanetti (UnB), Prof. Antônio Maria da Silveira (FGV), Prof. José Ricardo Gonçalves (Unicamp)

Mesa 2 - Exame Nacional de Cursos - O Provão de Economia

Coordenador: Antônio Lacerda (Cofecon); **Expositores:** Prof. Luiz Carlos Prado (UFRJ), Prof. José Rubens Garlipp (UFU), Prof. José Luiz Pagtnusat (UCB)

Informações: Conselho Regional de Economia - 1ª Região
 (021) 232-8178; e-mail: coreconrj@ax.apc.org

Promoção: Conselho Regional de Economia/RJ
 Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
 Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

Apoio: Conselho Federal de Economia
 Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia
 Universidade Candido Mendes

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

“A herança do Século XX e a construção do novo século”

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias **13 a 17 de setembro de 1999**, no **Rio de Janeiro**, o XIII Congresso Brasileiro dos Economistas e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um **balanço**, ao mesmo tempo **abrangente e profundo**, do **quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe**, de maneira a captar as aceleradas mudanças que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

A perspectiva adotada é histórica. Destina-se a captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mudanças. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida com **uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e soluções para os problemas no século XXI**. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século, que - espera-se - seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergên-

cias sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso neste final de século. A **busca de alternativas de desenvolvimento** exige uma clara definição das condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, assim como o estabelecimento das bases de integração aos mercados regionais e de geração de empregos.

Os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm um importante papel a desempenhar, tendo em vista a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados numa região marcada por grandes desigualdades sociais e desafios. **Promover o intercâmbio desses economistas** é um dos objetivos a serem alcançados no Rio de Janeiro em 1999.

ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

- Em virtude das inúmeras solicitações de dilatação do prazo limite para entrega dos trabalhos, a data foi ampliada para **30 de abril**.
- O Congresso conta com novos apoios. São eles: United Nation Conference on Trade and Development (Unctad) e Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai.
- A relação de palestrantes nacionais e internacionais conta com novos nomes confirmados. Veja a lista !

DIA 13/09/99 – HOTEL GLÓRIA

18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI
INTERVALO	
21:00 horas	Coquetel de confraternização

DIA 14/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A1. Políticas de estabilização e desenvolvimento	B1. Economia internacional no final do século XX	C1. Globalização, modernização tecnológica e emprego	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A2. Globalização, governabilidade e Estado-nação	B2. Política comercial, regulação e fluxos de comércio	C2. Desigualdades regionais e políticas de emprego	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A3. Infra-estrutura / investimento / financiamento	B3. Lições e experiências recentes de integração regional	C3. Produtividade e emprego industrial	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A4. Desigualdades / distribuição de renda e riqueza	B4. Alca: situação atual e perspectivas	C4. Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?	

CONGRESSO

DIA 15/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A5. Déficit público / endividamento / sistema financeiro	B5. OMC: resultados e preparativos para a rodada do milênio	C5. Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A6. Macrocenários nacionais de longo prazo	B6. Globalização financeira e liberalização cambial na região	C6. Emprego e desemprego: diferenciais por gênero	
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A7. Reestruturação industrial e política tecnológica na região	B7. Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	C7. Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego	
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A8. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	B8. Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	C8. Padrões de trabalho e comércio internacional	
INTERVALO				
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do <i>Manifesto latinoamericano</i> , de Prebich/Cepal			
INTERVALO				
22:00 horas	Evento cultural / lazer			

DIA 16/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	E CEPAL	F COMUNICAÇÕES
09:00 às 10:30 horas	A9. Educação: base do desenvolvimento econômico / social	E1. Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
10:45 às 12:30 horas	A10. A questão regional e a organização do território	E2. Acumulação de capital	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
ALMOÇO			
14:00 às 16:00 horas	A11. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	E3. Progresso técnico	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
16:15 às 18:00 horas	A12. O Estado num mundo em transformação	E4. Emprego e distribuição de renda: indicadores	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
22:00 horas	Evento cultural / lazer		

DIA 17/09/99

09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos
INTERVALO	
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro. Reunião dos presidentes dos colegiados da América Latina e Caribe

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AEALC
- Corecon/RJ (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro)
- Sindecon (Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro)
- IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro)

APOIO:

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unidad Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe - Unesco
- Unesco/Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- NUSEG/UERJ - Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG/UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economía Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autónoma de México
- Sela - Sistema Econômico Latino-Americano
- Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
- UNCTAD - United Nation Conference on Trade and Development
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade da República do Uruguai

CONGRESSO

CHAMADA DE TRABALHOS (Call for Papers)

Público alvo - Poderão participar da apresentação dos trabalhos profissionais, professores, pesquisadores, estudantes de mestrado ou doutorado em economia, sindicalistas, etc, desde que tenham graduação em economia.

Critérios / Procedimentos

Os autores poderão apresentar trabalhos em qualquer um dos temas/áreas de estudo relacionados ao eixo central dos dois eventos: Desenvolvimento, Inserção Internacional ou Emprego. Para submeter o trabalho ao Comitê de Seleção, o autor deverá encaminhá-lo ao Conselho Regional de Economia - RJ, por e-mail ou em disquete via correio, desde que atenda às normas de apresentação. Somente serão considerados para efeito de avaliação pelo Comitê de Seleção os trabalhos que guardem pertinência com os temas dos eventos. Serão selecionados um total de 40 trabalhos, que deverão integrar a publicação dos Anais, a ser feito em CD Rom. Dentre estes, serão classificados 20 trabalhos para apresentação na Sessão "Comunicações". O Comitê de Coordenação se responsabilizará por pagar, caso seja necessário, 8 passagens aéreas e 3 estadias (diárias de hotel no Rio de Janeiro) para os 8 primeiros colocados e 3 estadias (diárias de hotel) para os 12 outros autores classificados.

Normas Gerais

Datas críticas

30/04/99: Prazo limite de recebimento dos trabalhos por correio ou e-mail.

15/06/99: Notificação do resultado da avaliação. Os autores devem informar na inscrição a que tema se referem os trabalhos.

Local de entrega

Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

Rio de Janeiro, Centro, CEP 20054-900

e-mail: papers@rioeconomia99.org.br

home page: <http://www.rioeconomia99.org.br>

Tels. (021) 224-0578, 220-1248 ramal 12

Fax (021) 509-8121

Apresentação dos trabalhos

Word for Windows 6.0 ou superior.

Fonte Times New Roman tamanho 12, espaço entre as linhas de 1,5.

Formato A4, máximo de 20 laudas, mínimo de 15 (incluindo texto, gráficos e tabelas; até 80 toques por linha; máximo de 30 linhas por lauda).

Resumo obrigatório: mínimo 15 e máximo de 20 linhas.

Caso seja enviado por correio, enviar cópia impressa e 3 cópias em disquete.

COORDENAÇÃO GERAL

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|
| • Antônio Corrêa de Lacerda | e-mail: lacerda@cofecon.org.br |
| • Roberto Verrier Castro (AEALC) | e-mail: anec@ceniai.inf.br |
| • Eduardo Mendes Callado | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luís Carlos Prado (IERJ) | e-mail: delorme@cofecon.org.br |
| • Adhemar dos S. Mineiro (Corecon-RJ) | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luiz Antonio Elias (Cofecon) | e-mail: elias@cofecon.org.br |

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE TRABALHOS

DESENVOLVIMENTO

- Armando Di Filippo - Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL
- João Paulo de Almeida Magalhães - Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - 1ª Região
- Juan Mario Vacchino - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA
- Leonel Corona - División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México
- Maria José Cyllar Monteiro - Fundação Getúlio Vargas e Conselho Regional de Economia - RJ

INSERÇÃO INTERNACIONAL

- Otaviano Canuto - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Reinaldo Gonçalves - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - RJ
- Viviane Ventura Dias - Chefe da Unidade de Comercio Internacional - CEPAL
- Eduardo Mayobre - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA

EMPREGO

- Jorge Mattoso - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
- João Luiz Maurity Sabóia - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Octávio Rodriguez - Instituto de Economía na Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay

Alguns nomes nacionais e internacionais já confirmados:

Convidados Nacionais:

- Antonio Barros de Castro - Professor do IE/UFRJ
- Maria da Conceição Tavares - Professora Emérita da UFRJ
- Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Diretor do IPRI/MRE
- Theotônio dos Santos - Secretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Wanderley Guilherme dos Santos - Professor do IUPERJ
- Tito Ryff - Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro
- Julio Sérgio Gomes de Almeida - Secretário Executivo do IEDI
- Renato Bauman - Diretor do Escritório da CEPAL/Brasília
- Ricardo Bielschowsky - CEPAL
- Rosa Maria Marques - Presidente da SEP e professora da PUC/SP
- João Damásio de Oliveira Filho - Presidente da ANPEC
- Adhemar Mineiro - DIEESE/Cofecon
- João Carlos Ferraz - Diretor do IE/UFRJ
- João Sabóia - Professor do IE/UFRJ
- Luiz Carlos Delorme Prado - Presidente do IERJ
- Reinaldo Gonçalves - Vice-presidente do CORECON-RJ
- Fábio Erber - Professor do IE/UFRJ
- Fernando Cardim - Professor do IE/UFRJ
- Paulo Nogueira Baptista Jr. - FGV/SP
- Maria José Cyllar Monteiro - FGV/RJ
- Antonio Maria da Silveira - FGV/RJ
- Otaviano Canuto - Professor da UNICAMP
- Jorge Mattoso - Professor da UNICAMP
- Antonio Prado - PUC/SP
- Victor Hugo Klagsbrun - Diretor do Mestrado de Economia da UFF
- Tânia Bacelar - Conselheira do Cofecon
- José Clemente de Oliveira - Conselheiro do CORECON-RJ
- José Graziano - Professor de Economia IE/UNICAMP
- José Pastore - Professor da USP

Convidados Internacionais:

- Joseph Stiglitz - Vice-presidente do Banco Mundial (a confirmar)
- José Antônio Ocampo - Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL
- Bárbara Stalings - Diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal
- Carlos J. Moneta - Secretario Permanente do Sistema Económico Latinoamericano - SELA
- Jan Kregel - Consultor permanente da UNCTAD e Professor da Università degli studi di Bologna e da Johns Hopkins University
- Viviane Ventura-Dias - Jefe de la Unidad de Comercio Internacional de CEPAL
- Jorge Kats - CEPAL
- Graciela Mognillanski - CEPAL
- Juergen Weller - CEPAL
- Armando Di Filippo - CEPAL
- Octávio Rodrigues - Instituto de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay
- Juan Mario Vacchino - Director del Sistema Económico Latinoamericano - SELA
- Alicia Girón - Directora del Instituto de Investigaciones Económicas - UNAM
- Leonel Corona - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- Arturo Huerta - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM
- José Lopes Segrera - Consejero Regional de Ciencias Humanas y Sociales para América Latina y el Caribe - UNESCO
- Daniel Cludnovsky - Universidade de Buenos Aires
- John Cantwell - The University of Reading

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, VISITE A NOSSA HOME PAGE:
<http://www.rioeconomia99.org.br>

LOCAL DO EVENTO

Hotel Glória - Rua do Russel, 632 - Glória - Rio de Janeiro - RJ

INFORMAÇÕES

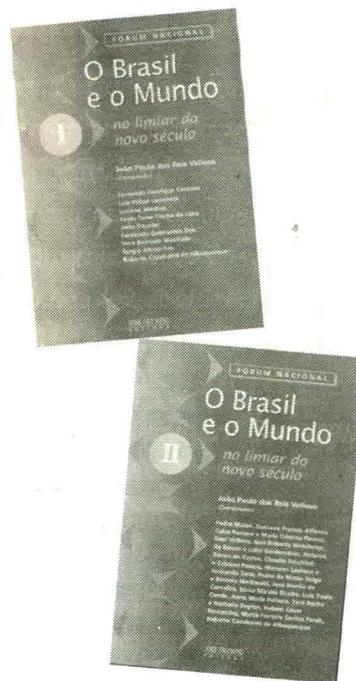
- Corecon/RJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121 - e-mail: info@rioeconomia99.org.br
- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

INSCRIÇÕES E RESERVAS DE HOTEL

Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

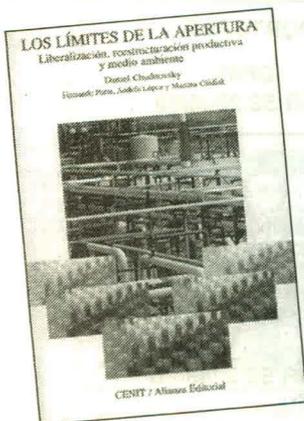
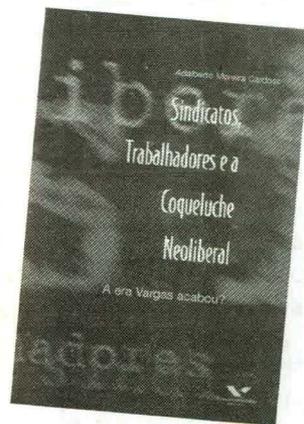
ABRE ASPAS

O BRASIL E O MUNDO – NO LIMIAR DO NOVO SÉCULO, coordenado por João Paulo dos Reis Velloso, reúne, em dois volumes, os textos apresentados no X Fórum Nacional, textos estes discutidos por personalidades importantes no contexto econômico, político e social. Fernando Henrique Cardoso abriu o evento afirmando que o Brasil vive hoje um momento no qual o debate democrático assume uma importância excepcional e que, como presidente da República, uma de suas obrigações é a de alertar para o fato de que as decisões tomadas hoje vão muito além da mera administração do dia-a-dia dos assuntos de governo. Luiz Felipe Lampreia, Luciano Martins, Paulo Tarso Flecha de Lima, Jorio Dauster, Fernando Guimarães Reis, Vera Barrouin Machado, Sérgio Abranches, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Malan, Gustavo Franco, Afonso Celso Pastore, Maria Cristina Pinotti, Raul Velloso, José Roberto Mendonça de Barros, Lídia Goldenstein, Antonio Barros de Castro, Claudio Frischtak, Cristina Pessoa, Mariano Laplane, Fernando Sarti, Pedro da Motta Veiga, Ricardo Markwald, José Murilo de Carvalho, Sônia Miriam Draibe, Luiz Paulo Conde, Anna Maria Peliano, Enid Rocha, Nathalie Beghin, Rubem César Fernandes, Marta Ferreira Farah e Roberto Cavalcanti de Albuquerque debatem a crise mundial e o ciclo brasileiro de transformações. José Olympio Editora, v. 1, 276 p.; v. 2, 430 p.



1998: AMÉRICA LATINA Y CARIBE EN LA ECONOMÍA MUNDIAL. O Centro de Estudos Prospectivos e de Informação Internacional, de Paris, França, e a Secretaria Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) trabalharam em conjunto para a primeira edição, em espanhol, desta obra, publicação anual do CEPPI, em francês, sobre a evolução e perspectivas do sistema econômico global. Apresenta uma combinação de estudos da economia mundial global e informes estratégicos que buscam responder algumas interrogações sobre a evolução do sistema econômico internacional, examinando as forças profundas que a impulsionam. Esta edição se baseia nos trabalhos preparados para a edição em francês correspondente ao ano de 1998, mais artigos acrescentados em função da nova conjuntura da economia internacional. Nesse sentido, foi incorporado um capítulo sobre a economia dos Estados Unidos (*Estados Unidos: performance macroeconômica excelente, perspectivas presupuestarias inquietantes, desarrollo de desigualdades*) e outro sobre a análise estratégica da globalização econômica (*La integración económica mundial*). Corregidor, 159p.

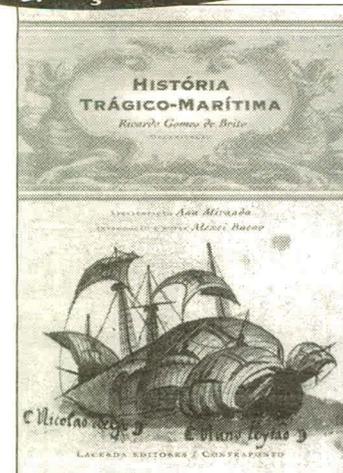
SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL – A ERA VARGAS ACABOU?, Adalberto Moreira Cardoso. A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de relações de trabalho no Brasil, ganha consistência analítica neste livro do professor Adalberto Cardoso, que rebate as teses dominantes sobre os “custos do trabalho” como obstáculo para a modernização da economia. Para Wanderley Guilherme dos Santos, “à abundância de dados laboriosamente acumulados e interpretados, Adalberto acrescenta controle da literatura nacional e internacional sobre as labutas contemporâneas do trabalho de sempre, e invejável clareza e elegância de estilo, mesmo quando contundente”. Adalberto M. Cardoso é doutor em Sociologia pela USP, professor e pesquisador do IUPERJ. É autor de *Força sindical: uma análise sociopolítica* (com Leôncio Martins Rodrigues, Paz e Terra, 1993) e *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil* (Revan, 1999), além de vários artigos sobre temas afins à sociologia do trabalho. Editora Fundação Getúlio Vargas, 200p.



LOS LÍMITES DE LA APERTURA – LIBERALIZACIÓN, REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA Y MEDIO AMBIENTE, coordenado por Daniel Chudnovsky. A primeira parte do livro trata da inter-relação entre a macro e a microeconomia do processo de ajuste e reestruturação. São discutidos, em detalhe, a evolução da abertura comercial e suas conseqüências sobre a inversão inter-setorial de recursos, o destino e a contribuição dos fluxos recentes da inversão estrangeira direta e o papel que o Mercosul tem desempenhado na redefinição do padrão de inserção internacional da economia argentina. Já na segunda parte são estudados, mais profundamente, três ramos básicos: celulose e papel, petroquímica e siderurgia, que têm forte peso nas exportações argentinas e cujos processos de produção representam forte perigo de contaminação para o meio ambiente. CENIT/Alianza Editorial, 557p.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



História trágico-marítima
540 páginas
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira
César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista – 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.
Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio “Distinguished Scholarship” da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielchowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

LANÇAMENTO



IERJ debate vinte anos de política econômica

Pensar o processo econômico brasileiro nos últimos vinte anos e posicionar-se diante dele foi a tarefa encomendada aos nove ex-presidentes do Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro para comemorar as duas décadas da instituição. Reunindo alguns dos mais importantes economistas brasileiros de todos os tempos – Pedro Malan e Maria da Conceição Tavares, por exemplo – *Vinte anos de política econômica*, organizado e editado em conjunto com a Editora Contraponto pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), é leitura obrigatória para quem deseja entender o que acontece no país.

Os artigos foram publicados respeitando a ordem cronológica dos mandatos de seus autores. Por isso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, primeiro presidente do Ierj (1979-1980) abre *Vinte anos de política econômica* com três textos: um deles, publicado no final dos anos 70; outro, no final dos anos 80, e um terceiro, dos anos 90. Numa introdução feita especialmente para o livro, Malan

desafia o leitor a julgar se há coerência entre as teses definidas nos três artigos e avisa logo que não se arrepende de nada do que escreveu. A aparente contradição termina por ser um instigante desafio, que permite entender não só as mudanças do seu próprio pensamento como as mudanças na história econômica do país. “As perspectivas do Real no limiar do novo século”, um dos artigos, é considerado o melhor resumo já publicado sobre os fundamentos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso.

MAIS REAL

Também o economista Antonio Barros de Castro dedicou seu artigo ao tema do Real – “O lado real do Real: o debate e algumas supresas” – em que analisa de forma desapassionada as mudanças, esperadas e verificadas, na alocação de recursos da economia brasileira nos anos 90, marcados pelas políticas de abertura e de estabilização. Professor da UFRJ, para ele o lado real do Plano Real revela boas surpresas, como o aumento da capacidade produtiva a partir de 97, em especial devido aos investimentos em infra-estrutura e às inversões das multinacionais. Apesar da onda de importações, o mercado ocupado pelos produtores domésticos – segundo ele – se expandiu. Visões mais críticas sobre a atual política econômica são apresentadas por Carlos Lessa, em parceria com Fabio Sá Earp, em “O insustentável abandono do longo prazo”. De acordo com eles, o Brasil mergulhou na

ditadura do “curto-prazismo” e não pensa mais a economia a longo prazo devido à preocupação obsessiva com o combate à inflação e a preservação do meio ambiente. Reinaldo Gonçalves, vice-presidente do Corecon/RJ, em “A economia política do investimento externo no Brasil” analisa a presença do capital estrangeiro no país e assinala, com base em detalhado material de pesquisa, que a “globalização à brasileira” vem colocando o segmento mais avançado da nossa economia sob o domínio do capital transnacional. Uma constatação que, em sua opinião, recomendaria a adoção de uma política regulatória dos investimentos estrangeiros diretos.

Um dos momentos mais interessantes do livro é a entrevista da professora Maria da Conceição Tavares, publicada em 1978, no *Boletim do Ierj*, em que ela analisa graves questões de natureza estrutural da sociedade brasileira. Ricardo Bielschowsky, em outro artigo, faz um paralelo entre a trajetória do Ierj e a da Cepal, que acaba de completar 50 anos de atividades no continente latinoamericano. João Paulo de Almeida Magalhães faz, por sua vez, um balanço, analisando, especialmente, a teoria da dependência, a visão heterodoxa da inflação e o projeto neoliberal, hoje dominante.

Alguns artigos inéditos examinam aspectos específicos da economia. Sulamis Dain trata das reformas tributárias e da Previdência, comparando a estrutura tributária do Brasil com a dos países da OCDE, e lança as bases de uma reforma tributária propondo aperfeiço-

ar os impostos sobre valor adicionado, simplificar e mudar as bases sobre as quais incidem as contribuições sociais e alterar os mecanismos constitucionais de partilha entre as esferas de governo. José Márcio Camargo se encarregou da evolução do mercado de trabalho no período pós-estabilização e conclui que a causa do problema do desemprego estaria no fato dos trabalhadores saídos do setor industrial não terem a qualificação requerida pelas novas indústrias, o que exigiria o lançamento de programas maciços de treinamento priorizando os trabalhadores recém-entrados no mercado. O professor da PUC-RJ examina, também, as estratégias de flexibilização do mercado de trabalho. Na primeira, os trabalhadores são separados em diferentes categorias, cada uma delas com suas próprias regras de contratação. Na segunda, o contrato de trabalho foi flexibilizado, eliminando-se os entraves da legislação e transferindo-se para negociações livres a determinação de seu conteúdo.

Vinte anos de política econômica – organizado pelos economistas e conselheiros João Paulo de Almeida Magalhães, Adhemar dos Santos Mineiro e Luiz Antônio Elias – traça, portanto, um painel amplo sobre os grandes desafios da economia brasileira na atualidade, o debate entre os diferentes pontos de vista sobre a nossa economia. O livro encontra-se disponibilizado nas livrarias e poderá ser adquirido com desconto diretamente no Corecon/RJ, tel. (021) 232-8178.

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 20.04.99